



Identificação

Área de Avaliação: **ENFERMAGEM**

Coordenador de Área: Carmen Gracinda Silvan Scochi (USP-RP)

Coordenador-Adjunto de Área: Denize Bouttelet Munari (UFG)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Francine Lima Gelbcke (UFSC)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Enfermagem é um campo de conhecimento específico e uma prática social que se consolida e se fortalece como ciência, tecnologia e inovação, evidenciando-se o aumento e a qualificação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo país, o crescimento da produção científica qualificada, o reconhecimento da qualificação das revistas da Área de Enfermagem, além de sua contribuição no processo de internacionalização da ciência brasileira.

A pós-graduação em Enfermagem no Brasil, no auge de seus 40 anos, encontra-se em franca expansão constatada pelo aumento do número de cursos e programas, de egressos e da produtividade científica com publicação de artigos em periódicos com fator de impacto. No período de 2007 a 2010, houve aumento de 62% no número de cursos de mestrado acadêmico e profissional e de 80% no número de programas de doutorado na Área de Enfermagem. Na avaliação trienal 2010, nove programas apresentaram desempenho muito bom e liderança nacional (nota 5) e quatro tiveram reconhecida sua excelência e inserção internacional (nota 6).

A partir de 2011, foram aprovados mais 13 cursos, sendo quatro doutorados e nove mestrados (cinco acadêmicos e quatro profissionais), e em maio de 2013, a Área contava com 63 cursos/programas de pós-graduação *stricto sensu* (26 mestrados + doutorados, 02 doutorados, 21 mestrados acadêmicos e 14 profissionais), totalizando 89 cursos (28 doutorados, 47 mestrados acadêmicos e 14 profissionais), assim distribuídos por região: 2,3% (2 mestrados acadêmicos) no Norte; 20,2% (5 doutorados, 11 mestrados acadêmicos e 2 profissionais) no Nordeste; 9,0% (2 doutorados, 5 mestrados acadêmicos e 1 profissional) no Centro-Oeste; 49,4% (15 doutorados, 21 mestrados acadêmicos e 8 profissionais) no Sudeste e 19,1% (6 doutorados, 8 mestrados acadêmicos e 3 profissionais) no Sul. Esse quantitativo de cursos *stricto sensu* da Área de Enfermagem representava 1,7% do total de cursos de pós-graduação brasileiros e 9,7% daqueles na área de Ciências da Saúde.

Essa expansão é caracterizada pela cobertura em todo o território nacional, embora nas regiões Norte e Centro-Oeste ainda haja carência de oferta para esse nível de ensino, com a qualidade exigida pela Área da Enfermagem e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A figura 1 mostra o crescimento da pós-graduação na Área, em especial na última década.

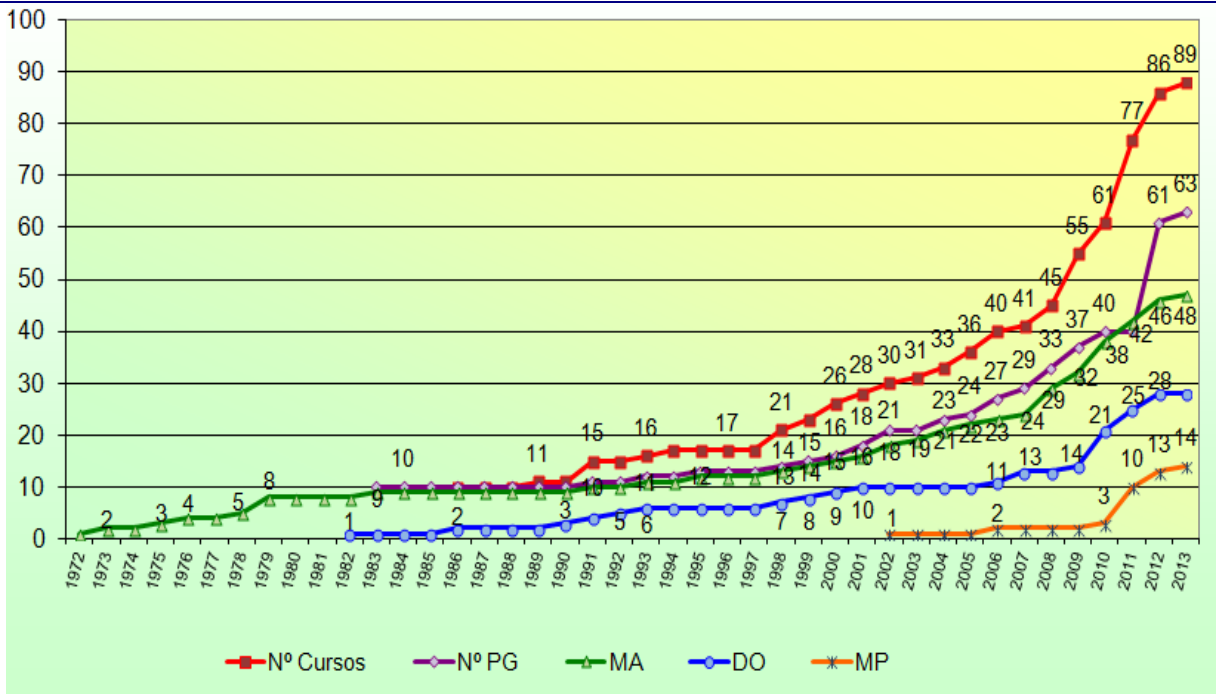


Figura 1 – Evolução da Pós-Graduação na Área de Enfermagem no Brasil.

Cabe destacar a recente expansão dos mestrados profissionais na área, a maioria (11) deles aprovados nos últimos três anos, atendendo a necessidade de qualificar enfermeiros e outros profissionais de saúde para os serviços de saúde, em consonância com o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 e consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS.

O Mestrado Profissional em Enfermagem volta-se à formação de enfermeiros altamente qualificados e inseridos no mundo de trabalho. Há programas multiprofissionais na Área, pretendendo-se capacitar profissionais para a produção de conhecimento científico-tecnológico e inovação, gerando produtos e processos que possam reverter para a prática profissional, qualificando-a. Espera-se não apenas a produção, mas também a difusão e o consumo de pesquisas e tecnologias geradas nos Programas, contribuindo para o melhor desempenho dos serviços, qualificando a assistência e/ou o ensino. Para a Enfermagem, se caracteriza como uma potencialidade de melhorar o cuidado, a gestão, a educação e a própria pesquisa, dimensões do fazer da profissão, pois os cursos encontram-se alicerçados em princípios como aplicabilidade, flexibilidade, organicidade, inovação e valorização da experiência profissional. Neste sentido, o Mestrado Profissional tem sido incentivado pela Área e está voltado ao mercado de trabalho e pretende responder às necessidades de capacitação profissional avançada e transformadora para o sistema produtivo e setor de prestação de serviços, tanto considerando organismos públicos quanto privados, buscando resposta a problemas específicos identificados, de forma a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural nos âmbitos local, regional e nacional, em consonância com as diretrizes e metas do PNPG 2011-2020 e com a consolidação do SUS.

No que se refere à titulação de mestres e doutores houve aumento gradual, perfazendo mais de 500 defesas anuais de mestrado e doutorado nos programas da Área de Enfermagem, desde 2006. Em 2010 e 2011, foram titulados 306 doutores e 1.323 mestres (1.275 acadêmicos e 48 profissionais) nos programas da Área de Enfermagem. Permanece o desafio de expandir a titulação de doutores em Enfermagem, pois seu crescimento tem sido insuficiente para atender a necessidade do mercado de trabalho e está aquém da meta de duplicar o número de pesquisadores qualificados, em 10 anos, estabelecida no PNPd 2011-2020.

O impacto deste crescimento da pós-graduação evidencia-se também na melhoria da produção científica, com aumento expressivo no número de documentos indexados na base Scopus/SCImago e, conseqüentemente, no ranking mundial, no qual a Enfermagem brasileira ocupava o 25º lugar da produção da Área em 2005 e ascendeu para o 6º lugar em 2010, superado pelos Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália, França e Canadá. Tal crescimento está evidenciado na figura 2.

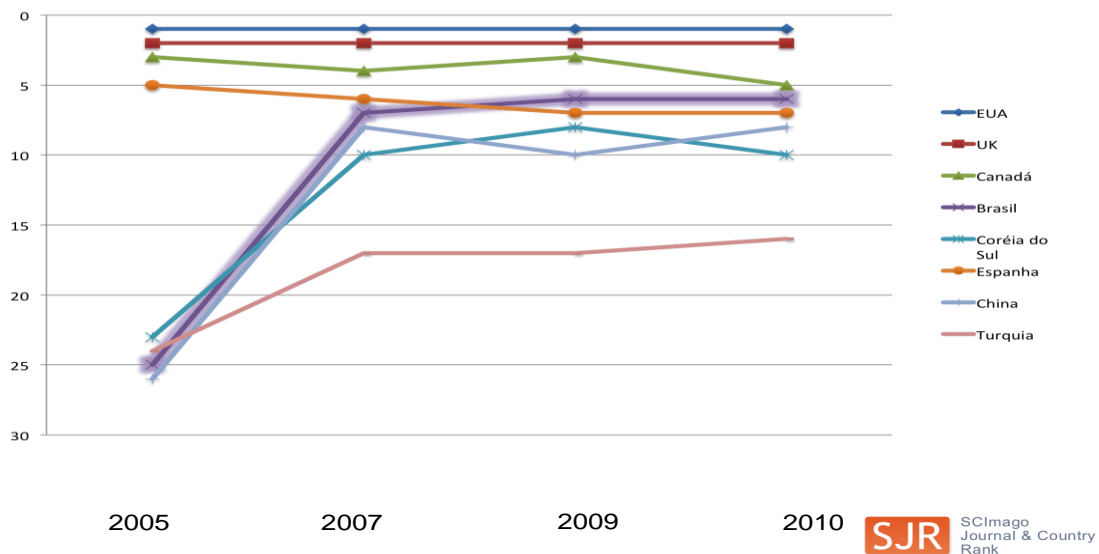


Figura 2 - Ranking da produção de documentos da Enfermagem de diversos países. SCImago 2005/2007/2009/2010.

No âmbito nacional, a Enfermagem representava 0,23% do conhecimento científico divulgado nessa base de dados em 2005, passando a 1,87% em 2010, portanto, com crescimento relativo de 713% e muito superior àquele ocorrido nas Ciências Sociais e Medicina, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1 - Crescimento relativo (CR) da produção científica brasileira em três áreas de conhecimento. SCImago 2005/2007/2009/2010.

Áreas	2005		2007		2009		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Medicina	5619	24,91	7866	25,24	10499	25,40	11957	26,46
CR 2 anos		1,3%		0,6%		4,2%		
CR 5 anos					6,2%			
Enfermagem	51	0,23	397	1,27	646	1,56	845	1,87
CR 2 anos		452,2%		22,8%		19,9%		
CR 5 anos					713%			
Ciências Sociais	247	1,09	1052	3,38	1519	3,67	1770	3,92
CR 2 anos		210,1%		8,6%		6,8%		
CR 5 anos					259,6%			
Total (todas áreas)	22.558		31.162		41.334		45.189	
CR 5 anos					100,3%			

Esse crescimento e visibilidade da produção científica no cenário nacional e internacional é fruto da expansão da pós-graduação em Enfermagem; em 2005 a Área tinha 33 cursos aprovados (10 doutorados, 22 mestrados acadêmicos e 1 profissional), aumentando para 62 (21 doutorados, 38 mestrados acadêmicos e 3 profissionais) cursos em 2010.

O reconhecimento do crescimento qualitativo da pesquisa em Enfermagem ainda pode ser considerado notório pela ampliação do número de revistas indexadas nas principais bases nacionais e internacionais e de referência para as áreas de Enfermagem e da Saúde, além do aumento dos índices censiométricos. Ressaltamos que quatro (4) periódicos de Enfermagem, editados no Brasil, foram indexados na *Web of Science*, três (3) dos quais obtiveram WoS/JCR com fatores de impacto equivalentes ao de outras revistas editadas nos Estados Unidos, de referência internacional para a Área. Ainda, oito (8) periódicos brasileiros de Enfermagem estão indexados na base Scopus/SCImago com SJR e índice H.

Outras indexações importantes em bases referenciais são: quatro (4) periódicos brasileiros na MEDLINE – *National Library of Medicine*, seis (6) no CINAHL – *Cumulative Index to Nursing & Allied Health Literature*, dez (10) no CUIDEN que disponibiliza o Índice das Revistas sobre *Cuidados de Salud con Repercusión en Iberoamérica*, sete (7) no SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, 19 na Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS e 16 na Rev@Enf da Biblioteca Virtual de Saúde-Enfermagem (BVS/Enf) que inclui uma coleção das melhores revistas de Enfermagem de diferentes países (Brasil, Espanha, Portugal, Cuba, Colômbia e Chile), publicadas na metodologia SciELO.

Esse cenário evidencia o reconhecimento da qualidade da ciência da Enfermagem brasileira, comparável aos padrões de excelência internacional da Área e a conquista de espaços políticos com maior participação dos enfermeiros pesquisadores em órgãos de fomento, a exemplo da Coordenação de Área na CAPES e o Comitê Assessor de Enfermagem no CNPq, assim como nos processos decisórios em instituições e associações de editoração nacional e internacional, com impactos na internacionalização da produção da Enfermagem brasileira e na melhoria da qualidade editorial dos

periódicos da Área.

Cabe informar ainda, que, no Brasil, a Enfermagem representa cerca de 60% dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), tem 574 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq e 170 pesquisadores com bolsa produtividade em pesquisa dessa agência.

Embora não se possa caracterizar o processo de internacionalização da produção científica da Enfermagem brasileira apenas pela publicação em periódicos nacionais de circulação internacional, é inegável a sua importância no crescimento da Enfermagem mundial.

Apesar dos avanços apontados na produção científica e na internacionalização da Área, descritos no item VI - Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional deste documento, a transferência de conhecimento para a prática de Enfermagem e saúde é ainda incipiente, na perspectiva da prática baseada em evidência, bem como se ressalta a necessidade de avançar no desenvolvimento de tecnologia e inovação para o cuidado em saúde, gerenciamento de serviços e ensino em Enfermagem. Acredita-se que a expansão recente dos programas de mestrados profissionais na Área (de 3 em 2010 para 14 em janeiro 2013), qualificando profissionais vinculados aos serviços de saúde e instituições de ensino para o uso de evidências e do método científico para solução de problemas da prática profissional, possa contribuir com avanços nessa direção, em consonância com as diretrizes e metas do PNPG 2011-2020 e com a consolidação do SUS.

INTERDISCIPLINARIDADE

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 destaca, em suas diretrizes, temáticas interdisciplinares, reconhecendo a importância crescente de segmentos do conhecimento e da pesquisa que exige variadas metodologias e conceitos disciplinares para o enfrentamento de diferentes problemas. Dentre as diretrizes específicas indicadas, constam a ampliação e aprofundamento da visão interdisciplinar na formação integrada de pessoas e o estímulo às experiências interdisciplinares por parte das instituições de ensino e pesquisa.

A Enfermagem é campo de conhecimento específico e profissão social que, por sua natureza, relaciona as suas práticas tanto no âmbito individual quanto coletivo. Na construção de seu saber, a Enfermagem se aproximou das áreas biológico-biomédicas, sociais e humanas. Como uma disciplina prática do ramo das ciências aplicadas da área da saúde, a forte influência do modelo biomédico se fez/faz sentir tanto na construção de seu saber quanto de suas práticas. Neste ínterim, o cuidado de Enfermagem, seu objeto de trabalho, em muito reflete esta influência ao se deter no corpo biológico dos indivíduos, o que reduz o espectro de atuação do ponto de vista de suas práticas.

Ao refutar essa ideia reducionista, pode-se inscrevê-la em um âmbito mais coletivo da saúde e de natureza interdisciplinar, o que representa para a Enfermagem brasileira transcender a visão fragmentada do conhecimento que dificulta a compreensão da complexidade humana.

Pode-se dizer que a interdisciplinaridade, para a Enfermagem, pressupõe respeito e compromisso com a integralidade do homem em prol da totalidade, cuja potencialidade viabiliza interações entre

diferentes campos disciplinares, permitindo situar as suas práticas a partir de modos particulares de interpretações e complexidades.

Assim, a Enfermagem busca uma nova postura diante do conhecimento, na medida em que, ao incorporar conceitos ampliados, estabelece importantes mudanças em busca de uma unidade do pensamento.

Para a Área, a interdisciplinaridade é exercício importante, na medida em que busca conexões com outras áreas, por meio de ação dialógica na elaboração, (re)construção de novos conhecimentos com vistas a melhor apropriação de suas práticas e de seu conhecimento científico. É de conhecimento da comunidade científica, que o enfrentamento das limitações que envolvem o âmbito disciplinar exige visão mais integral, cuja resposta se apresenta basicamente a partir da equidade e eficácia.

Portanto, as intervenções necessitam de conhecimentos técnico-científicos que extrapolam o campo das relações interpessoais e institucionais e, nesse sentido, é salutar que para obter êxito, a Enfermagem se aproprie de contexto mais amplo, como meio de responder de forma resolutiva aos problemas que se apresentam as suas práticas sociais.

Situar, portanto, a interdisciplinaridade como elemento importante às práticas da Enfermagem, é identificá-la no interior de um contexto que apresenta múltiplas determinações, que são sociais, culturais, políticas, psicológicas e biológicas, que historicamente a constituem. É considerar a possibilidade de formação de profissionais com visão mais global de mundo, em contraposição à fragmentação no fazer científico.

Assim, pode-se considerar que a natureza interdisciplinar encontra na Área potencialidades para a construção de conhecimentos no enfrentamento das diversidades que circundam o saber da profissão e suas práticas sanitárias.

Dessa forma, pode-se afirmar que a incorporação da interdisciplinaridade no campo da Enfermagem propicia a identificação e o respeito pelo núcleo de saberes que conferem a essa profissão competências e responsabilidades que podem ser partilhadas com os demais profissionais de saúde e áreas afins.

No entanto, há que considerar que, ao assumir a Enfermagem num campo interdisciplinar, não se nega ou anula o aspecto disciplinar que a identifica como ciência e, muito menos, a inscreve em justaposição de saberes dentro do campo multidisciplinar.

Isso impõe um desafio, de compreendê-la em seus limites e ao mesmo tempo identificá-la na sua potencialidade para a construção investigativa em direção à abertura de campo de natureza interdisciplinar.

Os desafios que se apresentam à Enfermagem enquanto prática, que também exige articulações interdisciplinares, remete às reflexões dos valores agregados a conjunto de outras disciplinas que se aproximam decisivamente junto às suas práticas.

Esse conjunto disciplinar norteia e agrega potencialidades para a Enfermagem e são disciplinas que advêm de importantes áreas do conhecimento como a das ciências naturais, ciências da vida e ciências

humanas, cujas contribuições se apresentam com valor incomensurável para a qualidade de vida do ser humano, ao equilibrarem os conteúdos instrumentais que norteiam a formação científica da Área, na medida em que induzem a incorporação também das questões subjetivas, como fundamentos para o desenvolvimento da atuação da Enfermagem no complexo e árido campo da saúde.

Dadas as características intrinsecamente abrangentes e multidisciplinares do campo de conhecimento da Enfermagem, a organização dos programas pode se apresentar com diversas composições, guardadas, contudo, as especificidades e singularidades próprias da Área.

Atualmente, dentre os 62 programas de pós-graduação *stricto sensu* aprovados na Área, 28 (45,2%) são multiprofissionais atendendo demanda de profissionais que atuam e têm projetos de pesquisa nas áreas de Enfermagem, da Saúde e afins.

Considera-se, assim, que a Área 20 – Enfermagem está contribuindo com a capacitação de recursos humanos e a produção de conhecimento e práticas multi e interdisciplinares para o cuidado e gestão em Saúde, permanecendo o desafio em busca da excelência e inovação no processo de transferência de conhecimento e tecnologia para o cuidado individual e coletivo à saúde humana, rumo à consolidação do SUS.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir das iniciativas da CAPES com a criação de duas novas diretorias, de Educação Básica Presencial e de Educação à Distância, em 2009, abriu-se nova frente de trabalho direcionada à formulação de políticas para a valorização e formação de profissionais do magistério, com ampliação de ações em prol da melhoria da qualidade da Educação Básica, incluindo a mobilização de todo o potencial dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Dentre as recomendações contidas no PNPG 2011-2020, destacam-se o estímulo à participação dos cursos de pós-graduação de outras áreas de conhecimento, além da Educação, nas questões relativas à melhoria da qualidade da Educação Básica, e o incentivo ao desenvolvimento de estudos visando à formatação do ensino de ciências na Educação Básica, instrumento fundamental para a construção da cidadania.

Cabe destacar que a Enfermagem brasileira tem por tradição atuar em espaços escolares, particularmente, com alunos da Educação Básica, seus familiares e professores, por meio do desenvolvimento de ações no âmbito da Promoção da Saúde e Saúde Escolar, articulando-as com os sistemas e as políticas públicas de saúde e educação no contexto municipal, estadual e/ou nacional.

No campo da formação em Enfermagem destaca-se a capacitação do enfermeiro para atuar também na promoção da saúde na Educação Básica e como professor dos cursos profissionalizantes (formação de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem). Desta forma, busca-se possibilitar a construção de conhecimentos, habilidades e atitudes para a docência no cenário das escolas profissionalizantes em Enfermagem e, ainda, para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde na escola de Educação Básica, contextualizadas a partir da realidade social, das diretrizes educacionais e do SUS.

No âmbito da Educação Básica, desenvolvem-se ações de ensino, pesquisa e extensão, com abordagem

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de diversos temas, os quais são prioritários na atenção à saúde dos escolares, a exemplo da saúde bucal, saúde mental, saúde do escolar adolescente, prevenção de acidentes, em atendimento ao que se preconizam no Programa de Saúde Escolar (PSE/MS) e Programa de Saúde do Adolescente (Prosad/MS) do Ministério da Saúde (MS).

Não obstante, evidencia-se que a abordagem de tais temas prioritários se articula aos temas estruturantes das Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes e Jovens (DNAISAJ/MS) e aos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Brasileira, quais sejam: saúde, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, orientação sexual, sexualidade e saúde reprodutiva e atenção integral no uso abusivo de álcool e outras drogas.

A inserção da Enfermagem no espaço escolar se dá no entendimento de que a escola é lugar de formação para a cidadania. Nesse sentido, os projetos dos programas de pós-graduação da Área se desenvolvem articulados aos princípios do fortalecimento da Promoção da Saúde, no desenvolvimento da autonomia e da necessária participação das crianças e dos jovens, e, por extensão, de seus familiares e de todo o corpo social da escola (gestores, professores e funcionários), na promoção de ambientes saudáveis, favorecendo com isso o despertar para o cuidado de si e a formação das crianças e jovens como promotores de saúde.

Com ações pautadas na formação docente, no âmbito de uma pedagogia do cuidado, as pesquisas da Enfermagem vêm contribuindo para o processo de promoção e de educação em saúde nas escolas, embasado na promoção e no seguimento de um estilo de vida saudável, sustentado em reflexões e críticas sobre a saúde como direito do cidadão, dever do Estado, que se articula às políticas públicas de diversos setores do país.

Além da atuação junto às crianças, aos adolescentes, jovens e seus familiares, estudos têm sido feitos no âmbito da formação de professores para o manejo de diversas situações no contexto da escola, a exemplo da criação de cartilhas e softwares educativos em temas de saúde e capacitação de professores das escolas da rede pública de ensino para lidarem com situações que envolvam o uso/abuso de álcool e outras drogas e a sexualidade, especialmente ligada a questões relativas à gravidez na adolescência e prevenção de DST/Aids, tal como preconiza o Programa de Saúde Escolar (PSE/MS).

Vale ressaltar que alguns cursos/programas da Área de Enfermagem têm inserido alunos do ensino médio em programas de Iniciação Científica Junior e de Incentivo aos Jovens Talentos, com dotação de quotas de bolsas para participarem dos projetos de seus docentes, despertando-lhes a curiosidade científica e incentivando-os à formação de nível superior.

Tendo em vista as ações e os resultados dos projetos de extensão e de pesquisa que a Enfermagem desenvolve junto ao corpo social da Educação Básica no Brasil e o potencial que estes possuem, vislumbram-se desdobramentos com possibilidades de contribuições no âmbito da melhoria da educação global de todos os que participam de tais projetos. A projeção que se pode apontar está no âmbito de propostas de trabalho a serem realizadas com professores das escolas, visando sua capacitação para tratar de problemas emergentes que fazem parte do contexto situacional de crianças e jovens e suas famílias, tais como os relacionados à vivência da sexualidade, drogadição e os impactos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

na saúde, no processo de aprendizagem e relações estabelecidas entre violência, saúde e rendimento escolar, entre outros temas que integram as DNAISAJ/MS. No incremento desse trabalho, a Área de Enfermagem também recomenda que, junto aos professores das escolas, se trabalhe as correntes pedagógicas atuais que sustentam a educação em saúde com formas de abordagens dos jovens e suas famílias. Junto aos jovens, recomenda-se que as abordagens se pautem em resultados de pesquisa assentadas na realidade vivida por estes, abordando seus comportamentos, atitudes e práticas que influenciam nas medidas preventivas por eles adotadas e suas relações com a promoção da saúde. Além da abordagem aos temas estruturantes que sustentam as DNAISAJ, citados neste texto, recomendam-se trabalhos que abordem o tema das relações homoafetivas, tão em pauta nas conversações sociais e que adentram o contexto das famílias e das escolas. Este tema, emergente, necessita ser problematizado, haja vista o volume de informações que circulam e que contribuem para a criação/fortalecimento de estereótipos, tabus, preconceitos e guardam relações com as questões que envolvem o viver em sociedade e a saúde de todos, mormente de crianças e jovens.

A inserção da Enfermagem no espaço da Educação Básica, mediante as iniciativas dos programas de pós-graduação, aponta para que a escola seja um espaço de promoção da saúde e um meio profícuo para fazer valer as premissas de novas práticas educativas e de temas emergentes, no âmbito de um processo de desenvolvimento de consciência crítica das causas dos problemas, de participação e emponderamento dos sujeitos e no entendimento do conceito ampliado de saúde. Neste íterim, a pós-graduação tem a contribuir através da realização de projetos cujos referências teórico-metodológicos e objetos de estudo possibilitem a construção e transmissão de novos conhecimentos que contribuam para a qualificação e ressignificação do contexto escolar na perspectiva da promoção em saúde Projeta-se, portanto, que a escola se configura como um bom campo de pesquisa e desenvolvimento que podem ser levadas a cabo articuladas com projetos de extensão universitária, adotando-se metodologias de pesquisa-ação, de cunho participativo, a exemplo das pesquisas convergente-assistencial e de intervenção.

Vislumbra-se e recomenda-se a possibilidade de potencializar o pensar da formação em Enfermagem na medida em que aspectos como a formação e atuação dos enfermeiros para a promoção da saúde e a educação em saúde no contexto escolar, e os cursos de Licenciatura em Enfermagem e a capacitação do enfermeiro para atuar na Educação Básica. Para além destes aspectos, desenvolver estudos relacionados às práticas de educação e formação de enfermeiros-professores para atuarem na Educação Básica em resposta as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem e a consolidação do SUS, dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica e do PSE, bem como o desenvolvimento e a avaliação de tecnologias educacionais inovadoras.

Com tais iniciativas e potencialidades a Enfermagem reitera sua responsabilidade social e firma seu compromisso junto à população, em defesa de propósitos que garantam o bem-estar e bom nível de saúde humana, cumprindo com o papel que lhe cabe nas políticas públicas, em especial, no campo da educação e da saúde.

A partir dessa inserção da Área e com base nas diretrizes e induções da CAPES, as atuações na Educação Básica apontadas pelos cursos e programas *stricto sensu* serão valorizadas na avaliação

trienal 2013 no item produção tecnológica e no quesito inserção social.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

Para avaliação de cursos novos, os requisitos e as orientações para elaboração das propostas, disponíveis na página da Área (http://www.capes.gov.br/images/Requisitos_APCNs_Enfermagem.pdf), estão aqui sintetizados e atualizados conforme se seguem.

MESTRADO (ACADÊMICO)

1. Proposta do Curso

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A Enfermagem é um campo de conhecimento específico e prática social que, por sua natureza, relaciona o cuidado e a gestão tanto no âmbito individual quanto coletivo.

A interdisciplinaridade, para a Enfermagem, pressupõe respeito e compromisso com a integralidade do homem em prol da totalidade e qualidade de vida, cuja potencialidade permite interações entre diferentes campos disciplinares, permitindo situar as suas práticas a partir de modos particulares de interpretações e complexidades. Assim, a Enfermagem tem provocado nova inserção como disciplina na criação interdisciplinar de conhecimento e práticas na medida, em que, ao incorporar conceitos ampliados, estabelece importantes mudanças em busca da unidade do pensamento que transcende a prática específica da Enfermagem e subsidia as demais práticas, aproximando os fazeres e saberes ao eixo comum de interesse dos profissionais, o ser humano.

Considera-se que a natureza interdisciplinar encontra na Enfermagem potencialidades para a construção de conhecimentos no enfrentamento das diversidades que circundam o saber da profissão e das práticas sanitárias. Dessa forma, pode-se afirmar que a oportunidade da interdisciplinaridade no campo da Enfermagem propicia a identificação e o respeito pelo núcleo de saberes que conferem a essa profissão competências e responsabilidades que são partilhadas com os demais profissionais de saúde ou áreas afins.

O eixo estruturante dos programas de pós-graduação da Área de Enfermagem tem em suas premissas a interdisciplinaridade na formação *stricto sensu* e produção de conhecimentos, tecnologias e práticas que respondam às necessidades sociais e de saúde. A Área abriga cursos/programas que atendem demanda de enfermeiros e outros profissionais que atuam na área da saúde e afins, com o desafio de contribuir com o processo de desenvolvimento de cultura interdisciplinar que alavanque transformações nos sistemas de cuidados, ensino e pesquisa.

Com relação à proposta de curso/programa novo, esta deve evidenciar, de forma clara, que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada no contexto institucional em grupos de pesquisa, previamente a apresentação da proposta.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Aspecto central na avaliação será a análise da inserção da proposta no contexto institucional, relevância e impacto local e regional. Não deve haver duplicação de cursos/programas em uma mesma instituição, portanto, na avaliação da proposta de curso/programa novo será considerada a existência de cursos/programas semelhantes na mesma instituição.

A proposta deve expressar claramente seu(s) objetivo(s), os quais devem ser coerentes com os objetivos da Área. Também a(s) justificativa(s) para sua implantação devem ser coerentes e compatíveis com o campo científico no qual a proposta se insere, em consonância com a modalidade acadêmica.

A proposta deve explicitar ainda, a pertinência da(s) área(s) de concentração e a coerência desta(s) com a(s) linha(s) e projetos de pesquisa em desenvolvimento.

Faz parte da proposta a explicitação da estrutura curricular, contendo o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso/programa (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias, entre outros aspectos), além do número mínimo de créditos que devem ser obtidos por meio das disciplinas. As ementas das disciplinas devem estar bem explicitadas, assim como a coerência, pertinência, abrangência e a atualização das respectivas bibliografias.

A estrutura curricular deve proporcionar sólida formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas e/ou estratégias de fundamentação teórico-metodológica (bases epistemológicas e metodológicas da investigação) para a prática da pesquisa e de formação didático-pedagógica, bem como ferramentas de escrita científica.

Deve ser claro o perfil do profissional a ser formado, o número de orientadores e de vagas oferecidas. Anexar o regimento do curso/programa de pós-graduação contendo necessariamente os critérios de credenciamento e credenciamento dos docentes, processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas e critérios de avaliação.

O compromisso institucional com a proposta do curso/programa deve ser explicitado por meio de documentação das instâncias deliberativas institucionais pertinentes.

2. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

A proposta deve informar se o corpo docente já vem trabalhando junto, com linhas de pesquisa consolidadas, demonstradas pela presença de produtos, fruto dessas pesquisas.

O corpo docente deve ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor, com formação e produção científica adequadas e pertinentes à área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa.

O corpo docente deve ser constituído majoritariamente por docentes permanentes, sendo estes em número mínimo de 10 e pelo menos 60% deles devem ter vínculo com a instituição em tempo integral (40 horas).

O docente poderá participar como permanente em no máximo dois programas de pós-graduação da mesma ou de outra (justificar) instituição, desde que demonstre a viabilidade dessa atuação. Admite-se, excepcional e temporariamente, a participação de alguns docentes permanentes em três cursos/programas nos casos em que o terceiro for um Mestrado Profissional; um curso/programa da

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

região Norte ou dos estados de Goiás, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul; e que estejam nas áreas prioritárias ou um programa em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país, conforme previsto pela Portaria CAPES nº 1/2012. Quando da participação de docente externo à instituição no quadro de permanentes, este deve ser cedido formalmente pela instituição de origem, conforme Portaria CAPES nº 2/2012.

Deve-se explicitar a diversificação na origem de formação dos docentes, atuação na Área ou áreas afins, experiência e projeção nacional e internacional.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação e/ou especialização em atividades de iniciação científica/tecnológica ou trabalhos de conclusão de curso. A participação de docentes colaboradores não deve caracterizar dependência externa do curso/programa, nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Não há limite para o número de colaboradores, desde que parcela majoritária das atividades de ensino, pesquisa e orientação esteja a cargo dos docentes permanentes.

3. Atividade de Pesquisa

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

A(s) linha(s) de pesquisa e respectivos projetos de pesquisa devem ser articulados à(s) área(s) de concentração e à proposta do curso/programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o curso/programa ou que apresentem potencial para a criação de nova(s) linha(s) de pesquisa. A produção intelectual deve apresentar estreita relação com a(s) linha(s) e projetos de pesquisa e com o campo científico no qual a proposta se insere.

É fundamental que os projetos estejam distribuídos de forma equilibrada entre as linhas de pesquisa e entre os membros do corpo docente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências em processos de competição e julgamento por pares, demonstrando a capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa.

Recomenda-se que os docentes não estejam vinculados a mais de duas linhas de pesquisa e que uma linha de pesquisa não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. É recomendável também, que os projetos de pesquisa tenham em sua equipe de execução alunos de graduação e/ou especialização.

4. Produção Intelectual

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual do corpo docente deve ser adequada e pertinente à proposta do curso/programa, área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa.

As publicações devem atender aos critérios quantitativos e qualitativos mínimos que seguem.

Para o cálculo da produção qualificada de cada docente permanente (autoria) será utilizada a pontuação correspondente aos estratos do Qualis-Periódicos, nos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Periódicos A1	100 pontos por artigo
Periódicos A2	85 pontos por artigo
Periódicos B1	70 pontos por artigo
Periódicos B2	50 pontos por artigo
Periódicos B3	30 pontos por artigo
Periódicos B4	15 pontos por artigo
Periódicos B5	5 pontos por artigo

Indicador 1: [(número de docentes permanentes que atingiram pontuação nos cortes estabelecidos para o triênio / total de docentes permanentes) x 100]

Indicador 2: [(número de docentes permanentes com produção em artigos nos estratos Qualis estabelecidos para o triênio / total de docentes permanentes) x 100]

A pontuação mínima por docente permanente e a distribuição dos artigos publicados entre os estratos Qualis Periódicos, em especial em B1 ou superior, serão estabelecidas, para mestrado, em cada avaliação trienal.

A produção deve ter equilíbrio em sua distribuição entre os docentes nos últimos três anos que antecedem a apresentação da proposta, não se admitindo docente sem produção científica no período. Destaca-se que, na produção bibliográfica, não serão considerados os resumos ou artigos completos em anais de eventos, resumos em periódicos, livros ou capítulos, mas somente os artigos completos publicados em periódicos científicos, nos últimos três anos que antecedem a apresentação da proposta de curso/programa novo.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A proposta deve apresentar indicadores do comprometimento da instituição proponente com a implantação e o êxito do curso/programa, provendo condições de infraestrutura e equipamentos necessários ao desenvolvimento da proposta, bem como deve conter as perspectivas futuras de visibilidade e inserção social.

A infraestrutura de ensino e pesquisa é essencial para o adequado funcionamento do curso/programa. Deve-se explicitar a existência, adequação e suficiência de: laboratórios para a realização dos projetos de pesquisa; grupos de pesquisa cadastrados e com condições para dar suporte à realização das pesquisas; biblioteca e recursos de informática compatíveis com as necessidades do curso/programa e infraestrutura acadêmica e administrativa adequada ao desenvolvimento das atividades de ensino, orientação e pesquisa. Explicitar, ainda, além das salas de aula para o curso/programa, a existência de salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento das pesquisas e salas de estudo para alunos.

Docentes e alunos deverão ter acesso *online* a bases de indexação bibliográfica e a periódicos.

A biblioteca da instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da Área, incluindo

periódicos e livros.

6. Outras

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

A proposta deve deixar claro o apoio institucional e as condições oferecidas pela instituição para a implantação e êxito do curso/programa. Esse apoio se materializa não somente em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso/programa nos colegiados pertinentes e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequados.

Quando o curso/programa é em forma associativa, anexar acordos de cooperação e explicitar contrapartidas e atividades conjuntas desenvolvidas.

Para desenvolver um bom curso/programa acadêmico, o grupo de docentes precisa ter produção científica anterior, sendo equivocada a expectativa que a existência do programa de pós-graduação possa ser o elemento desencadeador da pesquisa.

Para desenvolver programa de formação em Enfermagem é imprescindível que os docentes tenham formação e/ou produção na Área, portanto, não é suficiente agrupar docentes com experiências em diferentes campos da área da saúde e afins para compor o corpo docente.

DOUTORADO

1. Proposta do Curso

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A Enfermagem é um campo de conhecimento específico e prática social que, por sua natureza, relaciona o cuidado e a gestão tanto no âmbito individual quanto coletivo.

A interdisciplinaridade, para a Enfermagem, pressupõe respeito e compromisso com a integralidade do homem em prol da totalidade e qualidade de vida, cuja potencialidade permite interações entre diferentes campos disciplinares, permitindo situar as suas práticas a partir de modos particulares de interpretações e complexidades. Assim, a Enfermagem tem provocado nova inserção como disciplina na criação interdisciplinar de conhecimento e práticas na medida, em que, ao incorporar conceitos ampliados, estabelece importantes mudanças em busca da unidade do pensamento que transcende a prática específica da Enfermagem e subsidia as demais práticas, aproximando os fazeres e saberes ao eixo comum de interesse dos profissionais, o ser humano.

Considera-se que a natureza interdisciplinar encontra na Enfermagem potencialidades para a construção de conhecimentos no enfrentamento das diversidades que circundam o saber da profissão e das práticas sanitárias. Dessa forma, pode-se afirmar que a oportunidade da interdisciplinaridade no campo da Enfermagem propicia a identificação e o respeito pelo núcleo de saberes que conferem a essa profissão competências e responsabilidades que são partilhadas com os demais profissionais de saúde ou áreas afins.

O eixo estruturante dos programas de pós-graduação da Área de Enfermagem tem em suas premissas

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

a interdisciplinaridade na formação *stricto sensu* e produção de conhecimentos, tecnologias e práticas que respondam às necessidades sociais e de saúde. A Área abriga cursos/programas que atendem demanda de enfermeiros e outros profissionais que atuam na área da saúde e afins, com o desafio de contribuir com o processo de desenvolvimento de cultura interdisciplinar que alavanque transformações nos sistemas de cuidados, ensino e pesquisa.

Com relação à proposta de curso/programa novo, esta deve evidenciar, de forma clara, que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada no contexto institucional em grupos de pesquisa, previamente a apresentação da proposta.

Aspecto central na avaliação será a análise da inserção da proposta no contexto institucional, relevância e impacto local e regional. Não deve haver duplicação de cursos/programas em uma mesma instituição, portanto, na avaliação da proposta de curso/programa novo será considerada a existência de cursos/programas semelhantes na mesma instituição.

A proposta deve expressar claramente seu(s) objetivo(s), os quais devem ser coerentes com os objetivos da Área. Também a(s) justificativa(s) para sua implantação devem ser coerentes e compatíveis com o campo científico no qual a proposta se insere, em consonância com a modalidade acadêmica.

A proposta deve explicitar ainda, a pertinência da(s) área(s) de concentração e a coerência desta(s) com a(s) linha(s) e projetos de pesquisa em desenvolvimento.

Faz parte da proposta a explicitação da estrutura curricular, contendo o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso/programa (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias, entre outros aspectos), além do número mínimo de créditos que devem ser obtidos por meio das disciplinas. As ementas das disciplinas devem estar bem explicitadas, assim como a coerência, pertinência, abrangência e a atualização das respectivas bibliografias.

A estrutura curricular deve proporcionar sólida formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas e/ou estratégias de fundamentação teórico-metodológica (bases epistemológicas e metodológicas da investigação) para a prática da pesquisa e de formação didático-pedagógica, bem como ferramentas de escrita científica.

Deve ser claro o perfil do profissional a ser formado, o número de orientadores e de vagas oferecidas.

Anexar o regimento do curso/programa de pós-graduação contendo necessariamente os critérios de credenciamento e recredenciamento dos docentes, processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas e critérios de avaliação.

O compromisso institucional com a proposta do curso/programa deve ser explicitado por meio de documentação das instâncias deliberativas institucionais pertinentes.

2. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

A proposta deve informar se o corpo docente já vem trabalhando junto, com linhas de pesquisa consolidadas, demonstradas pela presença de produtos, fruto dessas pesquisas.

O corpo docente deve ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor, com

formação e produção científica adequadas e pertinentes à área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa.

O corpo docente deve ser constituído majoritariamente por docentes permanentes, sendo estes em número mínimo de 10 e pelo menos 60% deles devem ter vínculo com a instituição em tempo integral (40 horas).

O docente poderá participar como permanente em no máximo dois programas de pós-graduação da mesma ou de outra (justificar) instituição, desde que demonstre a viabilidade dessa atuação. Admite-se, excepcional e temporariamente, a participação de alguns docentes permanentes em três cursos/programas nos casos em que o terceiro for um Mestrado Profissional; um curso/programa da região Norte ou dos estados de Goiás, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul; e que estejam nas áreas prioritárias ou um programa em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país, conforme previsto pela Portaria CAPES nº 1/2012. Quando da participação de docente externo à instituição no quadro de permanentes, este deve ser cedido formalmente pela instituição de origem, conforme Portaria CAPES nº02/2012.

Deve-se explicitar a diversificação na origem de formação dos docentes, atuação na Área ou áreas afins, experiência e projeção nacional e internacional.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação e/ou especialização em atividades de iniciação científica/tecnológica ou trabalhos de conclusão de curso e ter também experiência em orientação de mestrado acadêmico ou profissional.

A participação de docentes colaboradores não deve caracterizar dependência externa do curso/programa, nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Não há limite para o número de colaboradores, desde que parcela majoritária das atividades de ensino, pesquisa e orientação esteja a cargo dos docentes permanentes.

3. Atividade de Pesquisa

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

A(s) linha(s) pesquisa e respectivos projetos de pesquisa devem ser articulados à(s) área(s) de concentração e à proposta do curso/programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o curso/programa ou que apresentem potencial para a criação de nova(s) linha(s) de pesquisa. A produção intelectual deve apresentar estreita relação com a(s) linha(s) e projetos de pesquisa e com o campo científico no qual a proposta se insere.

É fundamental que os projetos estejam distribuídos de forma equilibrada entre as linhas de pesquisa e entre os membros do corpo docente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências em processos de competição e julgamento por pares, demonstrando a capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa.

Recomenda-se que os docentes não estejam vinculados a mais de duas linhas de pesquisa e que uma linha de pesquisa não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. É recomendável também, que os projetos de pesquisa tenham em sua equipe de execução alunos de graduação e/ou especialização, bem como alunos de mestrado.

4. Produção Intelectual

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual do corpo docente deve ser adequada e pertinente à proposta do curso/programa, área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa.

As publicações devem atender aos critérios quantitativos e qualitativos mínimos que seguem.

Para o cálculo da produção qualificada de cada docente permanente (autoria) será utilizada a pontuação correspondente aos estratos do Qualis Periódicos, nos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

Periódicos A1	100 pontos por artigo
Periódicos A2	85 pontos por artigo
Periódicos B1	70 pontos por artigo
Periódicos B2	50 pontos por artigo
Periódicos B3	30 pontos por artigo
Periódicos B4	15 pontos por artigo
Periódicos B5	5 pontos por artigo

Indicador 1: [(número de docentes permanentes que atingiram pontuação nos cortes estabelecidos para o triênio / total de docentes permanentes) x 100]

Indicador 2: [(número de docentes permanentes com produção em artigos nos estratos Qualis estabelecidos para o triênio / total de docentes permanentes) x 100]

A pontuação mínima por docente permanente e a distribuição dos artigos publicados entre os estratos Qualis Periódicos, em especial em B1 ou superior, serão estabelecidas, para doutorado, em cada avaliação trienal.

A produção deve ter equilíbrio em sua distribuição entre os docentes nos últimos três anos que antecedem a apresentação da proposta, não se admitindo docente sem produção científica no período.

Destaca-se que, na produção bibliográfica, não serão considerados os resumos ou artigos completos em anais de eventos, resumos em periódicos, livros ou capítulos, mas somente os artigos completos publicados em periódicos científicos, nos últimos três anos que antecedem a apresentação da proposta de curso/programa novo.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A proposta deve apresentar indicadores do comprometimento da instituição proponente com a

implantação e o êxito do curso/programa, provendo condições de infraestrutura e equipamentos necessários ao desenvolvimento da proposta, bem como deve conter as perspectivas futuras de visibilidade e inserção social.

A infraestrutura de ensino e pesquisa é essencial para o adequado funcionamento do curso/programa. Deve-se explicitar a existência, adequação e suficiência de: laboratórios para a realização dos projetos de pesquisa; grupos de pesquisa cadastrados e com condições para dar suporte à realização das pesquisas; biblioteca e recursos de informática compatíveis com as necessidades do curso/programa e infraestrutura acadêmica e administrativa adequada ao desenvolvimento das atividades de ensino, orientação e pesquisa. Explicitar, ainda, além das salas de aula para o curso/programa, a existência de salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento das pesquisas e salas de estudo para alunos.

Docentes e alunos deverão ter acesso *online* a bases de indexação bibliográfica e a periódicos.

A biblioteca da instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da Área, incluindo periódicos e livros.

6. Outras

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

A proposta deve deixar claro o apoio institucional e as condições oferecidas pela instituição para a implantação e êxito do curso/programa. Esse apoio se materializa não somente em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso/programa nos colegiados pertinentes e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequados.

Quando o curso/programa é em forma associativa, anexar acordos de cooperação e explicitar contrapartidas e atividades conjuntas desenvolvidas.

Para desenvolver um bom curso/programa acadêmico, o grupo de docentes precisa ter produção científica anterior, sendo equivocada a expectativa que a existência do programa de pós-graduação possa ser o elemento desencadeador da pesquisa.

Para desenvolver programa de formação em Enfermagem é imprescindível que os docentes tenham formação e/ou produção na Área, portanto, não é suficiente agrupar docentes com experiências em diferentes campos da área da saúde e afins para compor o corpo docente.

MESTRADO PROFISSIONAL

1. Proposta do Curso

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A Enfermagem é um campo de conhecimento específico e prática social que, por sua natureza, relaciona o cuidado e a gestão tanto no âmbito individual quanto coletivo.

A interdisciplinaridade, para a Enfermagem, pressupõe respeito e compromisso com a integralidade do homem em prol da totalidade e qualidade de vida, cuja potencialidade permite interações entre

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

diferentes campos disciplinares, permitindo situar as suas práticas a partir de modos particulares de interpretações e complexidades. Assim, a Enfermagem tem provocado nova inserção como disciplina na criação interdisciplinar de conhecimento e práticas na medida em que, ao incorporar conceitos ampliados, estabelece importantes mudanças em busca da unidade do pensamento que transcende a prática específica da Enfermagem e subsidia as demais práticas, aproximando os fazeres e saberes ao eixo comum de interesse dos profissionais, o ser humano.

Considera-se que a natureza interdisciplinar encontra na Enfermagem potencialidades para a construção de conhecimentos no enfrentamento das diversidades que circundam o saber da profissão e das práticas sanitárias. Dessa forma, pode-se afirmar que a oportunidade da interdisciplinaridade no campo da Enfermagem propicia a identificação e o respeito pelo núcleo de saberes que conferem a essa profissão competências e responsabilidades que são partilhadas com os demais profissionais de saúde ou áreas afins.

O eixo estruturante dos programas de pós-graduação da Área de Enfermagem tem em suas premissas a interdisciplinaridade na formação *stricto sensu* e produção de conhecimentos, tecnologias e práticas que respondam às necessidades sociais e de saúde. A Área abriga programas que atendem demanda de enfermeiros e outros profissionais que atuam na área da saúde e afins, com o desafio de contribuir com o processo de desenvolvimento de cultura interdisciplinar que alavanque transformações nos sistemas de cuidados, ensino e pesquisa.

Com relação à proposta de programa novo, esta deve evidenciar, de forma clara, que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada no contexto institucional em grupos de pesquisa, previamente à apresentação da proposta. Também deve explicitar as parcerias entre as dimensões ensino e serviço, bem como ações de extensão articuladas à pesquisa, devendo ser clara a relevância local, regional ou temática da proposta. Não deve haver duplicação de cursos/programas em uma mesma instituição, portanto, na avaliação da proposta de programa novo será considerada a existência de cursos/programas semelhantes na mesma instituição.

A proposta deve expressar claramente seu(s) objetivo(s) e a(s) justificativa(s) para sua implantação, que devem ser coerentes e compatíveis com o campo de conhecimento no qual a proposta se insere, em consonância com a modalidade Mestrado Profissional.

Explicitar as finalidades da pós-graduação *stricto sensu*, havendo nítida separação entre a formação especializada e a formação acadêmica ou profissional no âmbito da pesquisa e inovação. Deve ser claro o perfil do profissional a ser formado.

A proposta deve explicitar ainda, a pertinência da(s) área(s) de concentração com a(s) linha(s) de atuação científica/tecnológica, projetos de pesquisa e de inovação e estrutura curricular, apresentados de forma adequada e articulada para o pleno desenvolvimento das atividades do programa.

No que diz respeito à estrutura curricular, devem ser incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do programa (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias, entre outros aspectos), além do número mínimo de créditos que deve ser obtido por meio das disciplinas. As ementas devem estar bem explicitadas, assim como a coerência, pertinência, abrangência e a atualização das respectivas bibliografias.

A estrutura curricular deve proporcionar formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas e/ou

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

estratégias de fundamentação teórico-metodológica em pesquisa e de formação profissional e/ou didático-pedagógica para intervenção na prática profissional e/ou educacional, bem como ferramentas de escrita científica.

Deve estar claro o número de orientadores e de vagas oferecidas.

Anexar o regimento do programa contendo necessariamente os critérios de credenciamento e reconhecimentos dos docentes, processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas e critérios de avaliação.

O compromisso institucional com a proposta do programa deve ser explicitado por meio de documentação das instâncias deliberativas institucionais pertinentes.

2. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

A proposta deve informar se o corpo docente já vem trabalhando junto, com linhas de pesquisa/atuação consolidadas, demonstradas pela presença de produtos, fruto das pesquisas aplicadas ao desenvolvimento e à inovação.

O corpo docente deve ser constituído majoritariamente por docentes permanentes, recomendando-se que sejam em número mínimo de 10 e que pelo menos 60% deles devem ter vínculo com a instituição em tempo integral (40 horas). Admite-se, excepcional e temporariamente, a participação de parte desses docentes do Mestrado Profissional como permanente em até dois outros cursos/programas acadêmicos da mesma ou de outra (justificar) instituição, conforme Portaria CAPES nº 1/2012, desde que demonstre a viabilidade dessa atuação. Quando da participação de docentes externos à instituição no quadro de permanentes, estes devem ser cedidos formalmente pela instituição de origem, conforme Portaria CAPES nº 2/2012.

A Portaria Normativa MEC nº 17/2009 normatiza que o Mestrado Profissional deve apresentar, de forma equilibrada, corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação.

O corpo docente deve ter diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência profissionais compatíveis e adequados à proposta do programa.

Sugere-se equilíbrio na composição do corpo docente, considerando-se que as ênfases do programa devem estar contempladas de maneira equânime pela formação de origem e correspondentes titulações, bem como pelas respectivas trajetórias de estudo e pesquisa, consubstanciadas em sua produção intelectual e vivência profissional.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação e/ou especialização, em atividades de iniciação científica e/ou tecnológica ou trabalhos de conclusão de curso.

A participação de docentes colaboradores não deve caracterizar dependência externa do programa, nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Não há limite para o número de colaboradores, desde que parcela majoritária das atividades de ensino, científica/tecnológica e orientação esteja a cargo dos docentes permanentes.

3. Atividade de Pesquisa

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

A(s) linha(s) de atuação científica/tecnológica e os respectivos projetos de pesquisa/tecnológicos devem ser articulados à área(s) de concentração e à proposta do programa. Destacar as atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e sua vinculação com a extensão. Projetos isolados poderão existir, desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que apresentem potencial para a criação de nova(s) linha(s) de atuação científica/tecnológica.

É fundamental que os projetos estejam distribuídos de forma equilibrada entre as linhas de atuação científica/tecnológica e entre os membros do corpo docente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto às agências de fomento e/ou outras instituições e em processos de competição e julgamento por pares.

Recomenda-se que os docentes não estejam vinculados a mais de duas linhas de atuação científica/tecnológica e que uma linha de atuação não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. É recomendável também, que os projetos de pesquisa/tecnológicos tenham em sua equipe de execução alunos de graduação e/ou de especialização e técnicos pertinentes à proposta.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento para a pesquisa ou desenvolvimento técnico-científico e inovação.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual (científica e tecnológica) do corpo docente deve ser adequada e pertinente à proposta do programa, área(s) de concentração e linha(s) de atuação científica/tecnológica.

As publicações devem atender aos critérios quantitativos e qualitativos mínimos que seguem.

Para o cálculo da produção qualificada de cada docente permanente (autoria) será utilizada a pontuação correspondente aos estratos do Qualis-Periódicos, nos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

Periódicos A1	100 pontos por artigo
Periódicos A2	85 pontos por artigo
Periódicos B1	70 pontos por artigo
Periódicos B2	50 pontos por artigo
Periódicos B3	30 pontos por artigo
Periódicos B4	15 pontos por artigo
Periódicos B5	5 pontos por artigo

Indicador 1: [(número de docentes permanentes que atingiram pontuação nos cortes estabelecidos para o triênio / total de docentes permanentes) x 100]

Indicador 2: [(número de docentes permanentes com produção em artigos nos estratos Qualis estabelecidos para o triênio / total de docentes permanentes) x 100]

A pontuação mínima por docente permanente e a distribuição dos artigos publicados entre os estratos Qualis Periódicos, em especial em B1 ou superior, serão estabelecidas em cada avaliação trienal para o Mestrado Profissional.

Destaca-se que, na produção bibliográfica, não serão considerados os resumos ou artigos completos em anais de eventos, resumos em periódicos, livros ou capítulos, mas somente os artigos completos publicados em periódicos científicos, nos últimos três anos que antecedem a apresentação da proposta de programa novo.

A produção tecnológica do corpo docente é relevante para o Mestrado Profissional e inclui: publicações de livros, capítulos, coletâneas e manuais técnicos; patentes; publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; prestação de serviços (atividades de extensão de serviços à comunidade, consultoria ou assessoria técnica, parecer, serviço na área da saúde, auditoria, avaliação de tecnologia em saúde, análise de situação epidemiológica, estudos sobre comportamentos, atitudes e práticas em saúde, resultados do desempenho clínico); cursos de aperfeiçoamento, capacitação e especialização para profissionais da área; desenvolvimento de material didático e instrucional (manuais, boletins, cartilhas e outros materiais educativos); desenvolvimento de produtos (aplicativo, protótipo, software sem registro, CD-ROM e *website* educacionais, serviços de informação); desenvolvimento de técnica ou processo (elaboração de protocolos, normas ou programas, proposição e desenvolvimento de modelos de gestão, educacionais ou de assistência); participações em comitês técnicos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; elaboração de projeto (estudo de política de saúde, avaliação de políticas e programas de saúde); organização de eventos técnico-científicos nacionais e internacionais; divulgação técnica (artigos publicados em revistas técnicas, jornais, revistas de divulgação para o público em geral, apresentação de trabalho, conferência, participação em programa de rádio ou televisão); editoria de periódicos técnicos (editor científico, associado ou revisor) e outro tipo de produção técnica relevante no contexto da proposta.

A produção tecnológica deve ser compatível com a Área e articulada à proposta do programa.

A produção científica e tecnológica deve ter equilíbrio em sua distribuição entre os docentes nos últimos três anos que antecedem à apresentação da proposta, não se admitindo docente sem produção no período.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A proposta deve apresentar indicadores do comprometimento da instituição proponente com a implantação e o êxito do programa, provendo condições de infraestrutura e equipamentos necessários ao desenvolvimento da proposta, bem como deve conter as perspectivas futuras de visibilidade e inserção social.

A infraestrutura de ensino e pesquisa é essencial para o adequado funcionamento do programa. Deve-se explicitar a existência, adequação e suficiência de: laboratórios para a realização dos projetos de pesquisa/tecnológicos e trabalhos de conclusão de curso; recursos disponíveis de serviços parceiros;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

grupos de pesquisa cadastrados e com condições para dar suporte à realização dos trabalhos de conclusão; biblioteca e recursos de informática compatíveis com as necessidades do programa e infraestrutura acadêmica e administrativa adequada ao desenvolvimento das atividades de ensino, orientação, pesquisa e produção tecnológica. Explicitar, ainda, além das salas de aula para o programa, a existência de salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento dos projetos e salas de estudo para alunos. Docentes e alunos deverão ter acesso *online* a bases de indexação bibliográfica e a periódicos. A biblioteca da instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da Área, incluindo periódicos e livros.

6. Outras

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

A proposta deve deixar claro o apoio institucional e as condições oferecidas pela instituição para a implantação e o êxito do programa. Esse apoio se materializa não somente em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do programa nos colegiados pertinentes e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequados.

É considerado se o Mestrado Profissional possui fonte de financiamento materializada em cartas de intenção, contratos ou convênios entre a instituição promotora do programa de pós-graduação e as instituições do setor saúde.

Para desenvolver um bom Mestrado Profissional, o grupo de docentes precisa ter produção científica e tecnológica anterior, sendo equivocada a expectativa que a existência de um programa de pós-graduação será o elemento desencadeador da pesquisa e tecnologia.

Para desenvolver um programa de formação em Enfermagem é imprescindível que os docentes tenham formação ou produção na Área, portanto, não é suficiente agrupar docentes com experiências em diferentes campos da área da saúde e afins para compor o corpo docente.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

As Fichas de Avaliação Trienal 2013 de programas e cursos acadêmicos e profissionais representam a posição da Enfermagem em relação aos itens envolvidos no processo de avaliação. Permitem ainda, orientar os cursos/programas, de maneira clara, transparente, participativa e informativa, na busca da qualidade e na melhoria do desempenho, a partir da definição de critérios e indicadores objetivos. A planilha de síntese de avaliação discriminará o desempenho dos cursos/programas nos cinco quesitos de avaliação (proposta; corpo docente; corpo discente, teses e dissertações/trabalhos de conclusão; produção intelectual e inserção social), classificando-os nos conceitos Fraco, Regular, Bom ou Muito Bom, de forma a permitir a classificá-los segundo as notas 2, 3, 4 ou 5.

Os quesitos de avaliação têm indicadores qualitativos e/ou quantitativos com pontuações de cortes

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

para os conceitos (Deficiente, Fraco, Regular, Bom ou Muito Bom) estabelecidas em cada avaliação trienal para o Mestrado/Doutorado e Mestrado Profissional.

Os pesos de cada um dos quesitos das Fichas de Avaliação estabelecidos pela Área de Enfermagem para a avaliação trienal 2013 estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 2 – Pesos dos quesitos da Ficha de Avaliação de cursos e programas da Área de Enfermagem.

<i>Quesito</i>	<i>Curso/Programa</i>	<i>Mestrado e Doutorado</i>	<i>Mestrado Profissional</i>
1. Proposta do Programa		-	-
2. Corpo Docente		15%	20%
3. Corpo Discente, Teses e Dissertações/Trabalhos de Conclusão		30%	25%
4. Produção Intelectual		40%	35%
5. Inserção Social		15%	20%

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

O processo de aprimoramento das fichas e critérios de avaliação da Área de Enfermagem ocorreu por meio de reuniões desta Coordenação de Área com os coordenadores de programas de pós-graduação em algumas ocasiões e sobretudo em Brasília – nos Seminários de Acompanhamento (fevereiro de 2012 e março de 2013), cujos relatórios estão divulgados no *site* da CAPES (<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4667-enfermagem>).

A necessidade de implementar e fortalecer a cultura da auto avaliação dos cursos/programas de pós-graduação *stricto sensu* e de aprimorar os critérios de avaliação da Área constituíram prioridade na pauta desses eventos.

Foram utilizadas várias dinâmicas de trabalho e estratégias na condução das reuniões, incluindo prévio preenchimento de fichas de auto avaliação pelos cursos/programas; levantamento de dados e propostas seguidas de plenárias para deliberações acerca dos critérios e indicadores de avaliação; orientações sobre preenchimento do Coleta CAPES; apresentações feitas pelos coordenadores sobre os indicadores de desempenho dos cursos/programas, suas fortalezas, fragilidades/necessidades, ações implantadas e prioridades para o próximo triênio, bem como a troca de experiências entre os mesmos em termos de estratégias implementadas para resolver problemas detectados e a indução e fortalecimento do trabalho em redes de pesquisa em Enfermagem, criando espaços de interlocução e parceria entre os cursos/programas e pesquisadores.

Com relação aos mestrados profissionais, foram mantidos momentos de discussão conjunta com os programas acadêmicos, especialmente para apresentação do desempenho em reuniões plenárias. Porém, foram criados espaços para discussão da especificidade do Mestrado Profissional, permitindo à

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Área avançar na construção da Ficha de Avaliação, após ampla discussão com os coordenadores dos programas, que tiveram a oportunidade, inclusive, de levar essa discussão ao corpo docente antes da aprovação dos pesos dos quesitos e indicadores de avaliação a serem submetidos à apreciação do CTC-ES e adotados no triênio. Tal estratégia está contribuindo para que os coordenadores e docentes dos mestrados profissionais compreendam o real papel dessa modalidade de pós-graduação, de forma a resultar na formação de profissionais que possam qualificar diferentes serviços de Enfermagem e Saúde.

Os resultados das discussões e deliberações da Área de Enfermagem foram incorporados neste documento, destacando-se o impacto da Portaria CAPES nº 01/2012, o peso dos quesitos e itens da ficha de avaliação, os critérios e indicadores de avaliação dos cursos e programas acadêmicos e profissionais e aqueles pertinentes a excelência e inserção internacional dos programas, apresentados em itens subsequentes deste documento de área.

IV. Considerações sobre Qualis Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

Conforme apontado anteriormente, a pós-graduação na Área de Enfermagem encontra-se em franca expansão, constatada pelo aumento do número de cursos e programas, de egressos e da produtividade científica, com publicação de artigos em periódicos com fator de impacto.

No WebQualis da Área de Enfermagem constavam 595 periódicos classificados no triênio anterior, sendo incluídos 625 periódicos novos que os cursos/programas informaram publicações nos anos de 2010, 2011 e 2012, totalizando 1220 títulos no Qualis Periódicos da Enfermagem que foram revisados e classificados seguindo a sistemática de avaliação comparativa entre consultores da Comissão Qualis da Área. As atualizações feitas estão divulgadas na página da Área, sendo que a classificação válida e única para a avaliação trienal 2013 foi estabelecida respeitando-se a vinculação estabelecida pela CAPES desde o triênio anterior ($A1 < A2$; $A1+A2 \leq 25\%$ e $A1+A2+B1 \leq 50\%$) e os critérios adotados pela Enfermagem sintetizados no quadro que se segue.

Quadro 3 - Critérios adotados para o Qualis Periódicos da Área de Enfermagem na avaliação trienal 2013

Estratos	Critérios
A1	Periódicos da Área de Enfermagem indexados na Web of Science – WoS/JCR com fator de impacto $\geq 0,800$ ou Scopus/SCImago com índice H ≥ 16 e periódicos pertencentes as demais áreas indexados na WoS/JCR com fator de impacto $\geq 2,900$
A2	Periódicos da Área de Enfermagem indexados na WoS/JCR com fator de impacto de 0,300 a 0,799 ou Scopus/SCImago com índice H de 6 a 15 e periódicos pertencentes as demais áreas com fator de impacto WoS/JCR de 2,000 a 2,899 ou Scopus/SCImago – índice H ≥ 33

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

B1	Periódicos da Área de Enfermagem indexados na WoS/JCR com fator de impacto 0,001 a 0,299 ; Scopus/SCImago com índice H 0,1 a 5 ou na base CUIDEN com índice RIC \geq 0,6000 e periódicos pertencentes as demais áreas com fator de impacto WoS/JCR 0,001 a 1,999 ou Scopus/SCImago – índice H 0,1 a 32
B2	Periódicos indexados na base CUIDEN com índice RIC de 0,2000 a 0,5999 ou em uma das bases Medline, SciELO, CINAHL, REV@ENF da BVS-Enfermagem
B3	Periódicos indexados nas bases CUIDEN com índice RIC 0,0001 a 0,1999 ou Lilacs
B4	Periódicos indexados nas bases BDENF ou Latindex
B5	Periódicos indexados em outras bases ou pertencentes a associações científicas reconhecidas pela comunidade acadêmica da Área
C	Periódicos sem ISSN e/ou impróprios

O Qualis-Periódicos é estabelecido a partir desses critérios com a seguinte prioridade na indexação: WoS/JCR; Scopus/SCImago; CUIDEN; Medline, SciELO, CINAHL e REV@ENF da BVS-Enfermagem; Lilacs; BDENF e Latindex; e outras bases e pertencentes a associações científicas reconhecidas pela comunidade acadêmica da Área.

Essa classificação da Área contempla as principais bases indexadoras das áreas da Saúde e Enfermagem, descritas a seguir:

- Bases que divulgam índices bibliométricos: **Web of Science (WoS)** do *Institute for Scientific Information* – fator de impacto JCR publicado no *Journal Citation Report*; **Scopus** da Elsevier – índice H publicado no SCImago/Journal & Country Ranking e a base **CUIDEN** da *Fundación Index* – índice RIC publicado pelo *Ciberindex*.
- Bases indexadoras de dados referenciais: **MEDLINE** – *National Library of Medicine*; **CINAHL** – *Cumulative Index to Nursing & Allied Health Literature*; **LILACS** – Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde; **BDENF** – Base de Dados de Enfermagem vinculada a Biblioteca Virtual de Saúde-Enfermagem (BVS/Enf) e **Latindex** – rede de publicações científicas da região ibero-americana.
- Bases de dados - texto completo: **SciELO** – *Scientific Electronic Library Online* e **Rev@Enf** da Biblioteca Virtual de Saúde-Enfermagem (BVS/Enf) que inclui coleção das melhores revistas de Enfermagem de diferentes países, publicadas na metodologia SciELO.

A Área 20 - Enfermagem na CAPES insere-se na Grande Área da Saúde, constituída por nove áreas com diferentes estágios de desenvolvimento, algumas altamente consolidadas e outras em fase de consolidação, havendo consenso acerca do uso do fator de impacto – JCR/WoS e do índice H ou SJR/SCImago como indicadores para qualificar os periódicos, classificando-os entre os maiores estratos do Qualis em todas as áreas do conhecimento científico. A identificação do fator de impacto – JCR/WoS e do índice H ou SJR/SCImago dos periódicos da Área se faz mediante a busca na indexação corresponde a categoria “*Nursing*”.

Também foram valorizadas as bases indexadoras específicas da Área de Enfermagem, como CUIDEN, CINAHL, Rev@Enf – BVS/Enf e BDENF, devido a relevância das mesmas na divulgação do conhecimento da Área, em âmbito internacional e nacional. A importância da base indexadora CUIDEN para a Enfermagem brasileira se justifica por concentrar maior número de periódicos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

oriundos de países com características de atenção à saúde e de Enfermagem semelhantes ao Brasil, diferentemente dos títulos indexados na WoS, majoritariamente de origem anglo-saxônica, os quais não são considerados como único referencial para comunidades científicas em processo de consolidação. Acresça-se ainda, o fato de o índice RIC, da base CUIDEN, ser calculado da mesma forma que o índice H da base Scopus/SCImago. O CINAHL é base da Área de Enfermagem, coordenada pela empresa *EBSCO Publishing* e possui o maior número de títulos indexados para países das Américas do Norte, Latina e Central, Europa, África e Ásia, portanto é a base mais completa e de referência para a Área. A Rev@Enf da BVS/Enf é biblioteca eletrônica que inclui as melhores revistas de Enfermagem de diferentes países, publicadas em texto completo na metodologia SciELO – *open access*, com geração de estatísticas bibliométricas, vinculada a Rede Regional de Bibliotecas Virtuais de Saúde-Enfermagem da Bireme e da Organização Mundial da Saúde. A BDENF inclui literatura técnico-científica brasileira em Enfermagem, vinculada à rede BVS/Enf.

Para atender a vinculação estabelecida pela CAPES ($A1 < A2$; $A1+A2 \leq 25\%$ e $A1+A2+B1 \leq 50\%$), foram necessários alguns ajustes, como a excepcionalidade na classificação dos periódicos *Lancet (British edition)* [JCR 38,3] e *Circulation (New York, N.Y.)* [JCR 14,7] no estrato B1 porque inexistia publicação informada pelos cursos/programas em 2010 e 2011, cedendo assim espaço em A1 para outro periódico com maior probabilidade de publicação pela Enfermagem.

Após a exclusão dos periódicos classificados como C (sem ISSN ou impróprios) e daqueles que cessaram sua edição, permanecendo os renomeados com novos ISSN, foram classificados 1213 periódicos entre os estratos A1 a B5 que tiveram artigos publicados pelos programas de pós-graduação da Área de Enfermagem, no triênio anterior 2007-2009 e no atual 2010-2012.

Tabela 1 - Distribuição dos periódicos contidos no WebQualis da Área de Enfermagem de acordo com os estratos, trienal 2013.

Estrato	f	%	% Acumulada
A1	146	12,04	12,04
A2	154	12,70	24,73
B1	281	23,17	47,90
B2	97	8,00	55,90
B3	136	11,21	67,11
B4	178	14,67	81,78
B5	221	18,22	100,00
Total	1213	100,00	

Destaca-se ainda, que no WebQualis da Área de Enfermagem há 59 periódicos nas versões impressa e *online*, perfazendo 118 títulos elencados. As duas versões foram classificadas no mesmo estrato Qualis, conduta esta adotada com base nos periódicos brasileiros de Enfermagem cujas versões são

idênticas, ficando assim distribuídos segundo os estratos: 8 A1, 12 A2, 32 B1, 22 B2, 30 B3, 6 B4 e 8 B5.

O empenho dos programas de pós-graduação e dos editores dos periódicos brasileiros da Área da Enfermagem mereceu o reconhecimento da comunidade científica e das bases indexadoras nacionais e internacionais. Em relação ao triênio anterior, houve ampliação do número de revistas indexadas nas principais bases nacionais e internacionais e de referência para as áreas de Enfermagem e da Saúde, além do aumento dos índices censiométricos. Ressalta-se que quatro periódicos de Enfermagem, editados no Brasil, estão indexados na *Web of Science*, os quais obtiveram WoS/JCR com fatores de impacto equivalentes ao de outras revistas editadas nos Estados Unidos, de referência internacional para a Área. Esses e quatro outros periódicos brasileiros de Enfermagem estão indexados na base *Scopus/SCImago* com SJR e índice H. Evidencia-se assim, o reconhecimento da qualidade da editoração de revistas brasileiras de Enfermagem pelas bases indexadoras internacionais e a conquista de espaços políticos e maior participação de pesquisadores editores em processos decisórios em instituições e associações de editoração nacional e internacional. Cabe assinalar ainda, que os periódicos da Enfermagem brasileira correspondem a 15 dentre os 25 periódicos.

A presente revisão dos critérios e reclassificação dos periódicos contidos no WebQualis da Área 20 – Enfermagem teve como base as diretrizes estabelecidas pela CAPES e as peculiaridades desta área de conhecimento, esperando-se contribuir com o processo de avaliação da pós-graduação brasileira, em especial na Enfermagem.

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS / EVENTOS / PRODUTOS TÉCNICOS

A Enfermagem tem expandido sua produção de livros e capítulos, muito deles de apoio ao ensino na graduação e pós-graduação.

Considerando a ausência de sistema informatizado *online* para operacionalizar a classificação de livros, a necessidade de ampliar as discussões com os cursos/programas de pós-graduação acerca da classificação de livros para a Área e o fato de sua pontuação, segundo os estratos de classificação, não ter sido incluída na pontuação da produção bibliográfica na Avaliação Trienal 2010, foi pactuado com os coordenadores que os livros e capítulos publicados no período de 2010 a 2012 seriam considerados e valorizados nos itens produção técnica dos docentes permanentes e inserção e impacto regional e/ou nacional) do Curso/Programa, como forma de também socializar conhecimento e tecnologia. Permanece assim, o compromisso da Coordenação de Área em retomar o processo de discussão e aprimoramento da classificação de livros.

Outros produtos técnicos desenvolvidos na Área de Enfermagem ainda são apresentados em número reduzido e com impacto muito mais em nível local e regional. Cabe assinalar que a modalidade *stricto sensu* Mestrado Profissional é recente na Área e ainda está, como em diversas áreas, firmando suas especificidades, especialmente na expertise em produção tecnológica e inovação. Assim, os mestrados profissionais ainda estão buscando melhor compreensão quanto à elaboração de seus produtos como trabalhos de conclusão, fruto também do processo de avaliação anterior impregnado pelos critérios e

métricas dos mestrados acadêmicos, justificando a inexistência de classificação de produtos técnicos na Área neste triênio.

A Área de Enfermagem não faz a classificação de eventos; todavia, a participação qualificada (conferência, palestra, painel, entre outros) de docentes permanentes em eventos relevantes nacionais e internacionais é valorizada nos quesitos corpo docente (item 2.1 perfil do corpo docente – experiência e projeção nacional/internacional), inserção social com contribuição ao debate científico e à socialização da produção intelectual com a comunidade (item 5.3), e excelência e inserção internacional (itens liderança e indicadores relativos a participações internacionais).

V. Ficha de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular	50%	<p>Examinar a coerência e pertinência da proposta com o objeto de conhecimento do campo da Enfermagem, os objetivos do Curso/Programa e área(s) de concentração (AC), linha(s) de pesquisa (LP), projetos de pesquisa (PP) e estrutura curricular.</p> <p>Abrangência, consistência, coerência e adequação das AC e LP.</p> <p>Adequação, coerência e distribuição dos PP nas respectivas LP.</p> <p>Adequação, coerência e quantidade das disciplinas oferecidas em relação às LP e AC. Consistência das ementas e atualização das respectivas bibliografias.</p> <p>Oferta de disciplinas e/ou estratégias de fundamentação teórico-metodológica (bases epistemológicas e metodológicas da investigação) e de formação didático-pedagógica.</p> <p>Valorizar LP e PP com inserção na Educação Básica.</p>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.	20%	<p>Examinar a adequação da proposta do Curso/Programa, de forma a atender a função social da formação e pesquisa articulando-se às tendências e políticas nas esferas regional, nacional e internacional.</p> <p>Propostas para enfrentar os desafios da Área tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Propostas de qualificação do corpo docente. Planejamento do Curso/Programa quanto ao desenvolvimento futuro.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Curso/Programa. Existência, adequação e suficiência de: Laboratórios (ambiente onde se realiza a pesquisa e também formação) com condições para a realização das pesquisas de dissertações e teses; Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos; Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes; Recursos de infraestrutura , próprios para a realização das atividades docentes, de orientação, pesquisa e extensão.
2 – Corpo Docente	15%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15%	Examinar a composição do corpo docente, devendo-se a totalidade ter, no mínimo, a titulação de doutor. Docentes permanentes com Formação/Atuação (áreas e diversificação) adequada à proposta do Curso/Programa Indicador: [(média de docentes permanentes com formação-atuação adequada no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100] Docentes permanentes com Experiência e Projeção nacional/internacional: visitantes (exceto visita técnica) em outras instituições; consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; membro de corpo editorial e editor de periódicos especializados; representações da Área em agências, sociedades e associações científicas; conferencista, palestrante, membros de comissões científicas em eventos relevantes e liderança científica. Para a projeção internacional, os docentes permanentes devem realizar pelo menos duas das atividades elencadas no âmbito internacional, no triênio.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Indicador: [(média de docentes permanentes com experiência e projeção no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Participação em atividades técnico-científicas e liderança científica: Análise qualitativa.</p> <p>Docentes permanentes que atraem estágios pós-doutorais (quando aplicável): Análise qualitativa.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa.</p>	<p>25%</p>	<p>Examinar a atuação dos docentes permanentes do Curso/Programa em atividades de ensino na graduação e/ou pós-graduação, projetos de pesquisa, publicação, orientação de mestrado e doutorado e vínculo, levando em conta o tempo de participação de cada um no triênio.</p> <p>Área recomenda mínimo de 10 docentes permanentes. Não há limite para o número de colaboradores ou visitantes, desde que a parcela majoritária das atividades de ensino, pesquisa e orientação esteja a cargo de docentes permanentes.</p> <p>Adequação às diretrizes estabelecidas pelas Portarias CAPES n^{os} 1 e 2 /2012, considerando os indicadores estabelecidos pela Área.</p> <p>Estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes.</p> <p>Estabilidade = permanecer os três anos no corpo docente permanente do Curso/Programa</p> <p>Indicador: [(número de docentes permanentes estáveis durante todo o triênio / total de docentes que atuaram 1 a 3 anos como permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Dedicação Integral: proporção de docentes permanentes com dedicação integral (40 horas semanais) à instituição, incluídos os docentes com vínculo institucional, aposentados, bolsistas de fixação e pessoas formalmente cedidas para atuação no Curso/Programa.</p> <p>Indicador: [(média de docentes permanentes com dedicação integral no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Participação como Docente Permanente em Cursos/Programas: proporção de docentes que participam também como permanentes em outros cursos/programas.</p> <p>A Área admite, excepcional e temporariamente, a participação de docentes permanentes em três cursos/programas nos casos em que o terceiro for Mestrado Profissional, um curso da região Norte ou dos estados de Goiás, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul e que estejam nas áreas prioritárias, ou um programa em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país, conforme Portaria CAPES nº 1 / 2012.</p> <p>Indicador: [(média de docentes permanentes em três programas no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>A participação como docente permanente é em programas de pós-graduação da mesma instituição ou de outra (devidamente justificada), desde que demonstre a viabilidade dessa atuação.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>35%</p>	<p>Examinar se a distribuição das atividades de ensino, orientação e pesquisa é equilibrada entre todos os docentes ou sua maioria.</p> <p>Docentes permanentes em desenvolvimento de atividades de ensino em disciplinas do Curso/Programa</p> <p>Indicador: [(média de docentes permanentes que ministraram disciplinas no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Docentes permanentes em desenvolvimento de atividades de pesquisa (responsável ou pesquisador da equipe de projeto)</p> <p>Indicador: [(média de docentes permanentes que participam de projeto de pesquisa no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Docentes permanentes em desenvolvimento de atividades de orientação</p> <p>Indicador 1: [(média de docentes permanentes que estão orientando no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Adequação da relação de alunos por orientador segundo as Portarias CAPES nºs 1 e 2 / 2012.</p> <p>Docentes permanentes com 2 a 8 alunos no período. Este valor é referente ao número total de</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>alunos por orientador considerados todos os cursos/programas onde atua como docente permanente.</p> <p>Indicador 2: [(número de docentes permanentes com 2 a 8 alunos / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Exceções: serão admitidos de 9 a 12 alunos por orientador, até no máximo 20% dos docentes permanentes, para aqueles com produção científica compatível com o conceito Muito Bom (MB), que estiverem orientando alunos vinculados a Minter, Dinter, PROCAD, programas em associação/rede e/ou localizados na região Norte nos estados de Goiás, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul</p> <p>Regra de transição: a avaliação desse item deverá levar em conta que as Portarias CAPES n^{os} 1 e 2 / 2012 foram publicadas no último ano do triênio, portanto, haverá tolerância até findar as orientações excedentes ao limite estabelecido pela Área.</p> <p>É aceitável também, no máximo 10% dos docentes permanentes sem orientando ou com um aluno no triênio se o orientador é recém doutor sem experiência em orientação <i>stricto sensu</i>, recém credenciado no Curso/Programa de pós-graduação, docente em processo de desligamento do Curso/Programa, afastado para estágio sênior ou pós-doutorado no triênio e se o docente permanente é vinculado a Curso/Programa implantado há menos de três anos.</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.</p>	<p>10%</p>	<p>Examinar o envolvimento dos docentes permanentes e respectivos orientandos de mestrado e doutorado, em disciplinas e orientação de alunos nos cursos de graduação, com valorização da inserção em projetos de iniciação científica (IC) / tecnológica (IT) e preparo ou formação de futuros ingressantes na pós-graduação.</p> <p>Docentes permanentes com participação no decorrer do triênio, em atividades de ensino na graduação, através de oferta de disciplinas ou com atividades vinculadas aos grupos de pesquisa que lidera ou pela inserção de seus orientandos no ensino, sob sua supervisão.</p> <p>Indicador: [(média de docentes permanentes</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		nessas atividades no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100] Docentes permanentes com participação no decorrer do triênio, em atividades de orientação de bolsistas ou voluntários de IC/IT e em TCC, com inserção de seus orientandos de mestrado e doutorado nesse processo. Indicador: [(média de docentes permanentes que estão orientando IC-IT-TCC no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]
2.5. Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa.	15%	Examinar a capacidade dos docentes permanentes para captação de recursos financeiros e bolsas junto a agências nacionais e internacionais, com finalidade de pesquisa. Docentes permanentes com projetos que captaram recursos (financeiros e bolsas) para pesquisas Indicador: [(média de docentes permanentes com financiamento no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	20%	Examinar o fluxo entre titulações e corpo discente e a distribuição das orientações de teses e/ou dissertações defendidas entre os docentes permanentes no triênio. Alunos titulados em relação à dimensão do corpo discente Indicador: média do triênio [número de alunos titulados / (número de alunos matriculados no início do ano + número de alunos novos)] Alunos titulados de ME/DO em relação à dimensão do corpo docente permanente Indicador: (número de alunos titulados de mestrado e ou doutorado pelos docentes permanentes no triênio / média de docentes permanentes no triênio) Adequação dos indicadores em relação aos cursos/programas recém recomendados e com apenas um nível de formação - mestrado ou doutorado.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos	20%	Examinar a compatibilidade do número de alunos titulados com a experiência e produção intelectual

<p>docentes do Programa.</p>		<p>do docente permanente.</p> <p>Docentes permanentes com alunos titulados Indicador: [(número de docentes permanentes com alunos titulados / média de docentes permanentes no triênio) x 100] Adequação se o curso oferece apenas mestrado ou doutorado.</p> <p>Compatibilidade do número de orientandos com a experiência, produção intelectual e disponibilidade do orientador: Análise qualitativa.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>50%</p>	<p>Examinar as publicações e premiações dos discentes e egressos (titulados nos últimos três anos) vinculadas às teses e dissertações.</p> <p>Artigos com autoria de discentes e egressos Indicador: [(número de artigos com autoria de discentes e egressos no triênio / total de artigos do Programa no triênio) x 100]</p> <p>Qualidade da publicação dos discentes e egressos: Indicador: [(número de artigos com autoria de discentes e egressos classificados em B3 ou superior no triênio / total de artigos do Programa no triênio) x 100]</p> <p>Premiação de dissertações, teses e/ou trabalhos vinculados: Valorizar</p>
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p>	<p>10%</p>	<p>Examinar o tempo de titulação dos alunos bolsistas de mestrado e/ou doutorado.</p> <p>Tempo de titulação de bolsistas de mestrado e doutorado no triênio Indicador Mestrado: [(número de mestres bolsistas titulados em até 30 meses no triênio / total de bolsistas titulados no mestrado no triênio) x 100] Indicador Doutorado: [(número de doutores bolsistas titulados em até 48 meses no triênio / total de bolsistas titulados no doutorado no triênio) x 100]</p> <p>Adequações serão feitas diante de bolsistas de doutorado direto.</p> <p>Alunos que realizaram intercâmbio em centros de excelência (doutorado/mestrado sanduíche (≥ 3 meses), estágio (≥ 15 dias) e visita técnica):</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Valorizar
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<p>Examinar a distribuição da produção qualificada do Curso/Programa, sendo que cada publicação dos docentes permanentes será contabilizada apenas uma vez, independente do número de autores.</p> <p>Listar cada artigo publicado por docentes permanentes do Curso/Programa apenas uma vez, independentemente das co-autorias.</p> <p>Ponderar o número de artigos:</p> <p>A1 = número x 100 A2 = número x 85 B1 = número x 70 B2 = número x 50 B3 = número x 30 B4 = número x 15 B5 = número x 5</p> <p>Indicador 1: Produção <i>per capita</i> do Curso/Programa = (soma total dos pontos obtidos pelos docentes permanentes com artigos no triênio / média de docentes permanentes no triênio)</p> <p>Indicador 2: [(total de artigos dos docentes permanentes nos estratos B1 ou superior no triênio / total de artigos dos docentes permanentes do Programa no triênio) x 100]</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<p>Examinar a distribuição da produção qualificada de cada docente permanente no triênio, considerando todos os artigos publicados, inclusive aqueles em autoria com outros docentes do Curso/Programa.</p> <p>Listar todos os artigos publicados para cada docente permanente do Curso/Programa, independentemente das co-autorias.</p> <p>Ponderar o número de artigos por docente permanente:</p> <p>A1 = número x 100 A2 = número x 85 B1 = número x 70 B2 = número x 50 B3 = número x 30 B4 = número x 15</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>B5 = número x 5</p> <p>Indicador 1: [(número de docentes permanentes que atingiram pontuação nos cortes estabelecidos para o triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Ajustar a pontuação do docente permanente segundo o tempo de atuação como permanente no triênio</p> <p>Indicador 2: [(número de docentes permanentes com produção em artigos nos estratos Qualis estabelecidos para o triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>A pontuação mínima por docente permanente e a distribuição dos artigos publicados entre os estratos Qualis Periódicos, em especial em B1 ou superior, serão estabelecidas em cada avaliação trienal, para mestrado e doutorado.</p> <p>A produção deve ter equilíbrio em sua distribuição entre os docentes, não se admitindo docente permanente sem produção científica no triênio.</p> <p>Quantificar o número de artigos A1 e A2 por docente permanente.</p> <p>Indicador 3: [(número de docentes permanentes com três ou mais artigos A1 e A2 / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p>
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>20%</p>	<p>Examinar qualitativamente a quantidade das produções técnicas dos docentes permanentes do Curso/Programa: publicações de livros, capítulos, coletâneas e manuais técnicos; patentes; publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; prestação de serviços (atividades de extensão de serviços à comunidade, consultoria ou assessoria técnica, parecer, serviço na área da saúde, auditoria, avaliação de tecnologia em saúde, análise de situação epidemiológica, estudos sobre comportamentos, atitudes e práticas em saúde, resultados do desempenho clínico); cursos de aperfeiçoamento, capacitação e especialização para profissionais da área; desenvolvimento de material didático e instrucional (manuais, boletins, cartilhas e outros materiais educativos); desenvolvimento de produtos (aplicativo, protótipo, software sem registro, CD-ROM e <i>website</i> educacionais, serviços de informação); desenvolvimento de técnica ou processo (elaboração de protocolos, normas ou programas, proposição e desenvolvimento de modelos de gestão, educacionais ou de assistência); participações em comitês técnicos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; elaboração de projeto (estudo de política de saúde, avaliação de políticas e programas de saúde); organização de eventos técnico-científicos nacionais e internacionais; divulgação técnica (artigos publicados em revistas técnicas, jornais, revistas de divulgação para o público em geral, apresentação de trabalho, conferência, participação em programa de rádio ou televisão); editoria de periódicos técnicos (editor científico, associado ou revisor) e outro tipo de produção técnica relevante no contexto da proposta.</p> <p>A produção tecnológica deve ser compatível com a Área e articulada à proposta do Curso/Programa.</p> <p>Valorizar:</p> <ul style="list-style-type: none">- produção técnica de autoria de discente e/ou egresso;- apresentações de trabalhos em eventos científicos por discentes;- produção técnica com inserção na Educação Básica
--	------------	--

5 – Inserção Social	15%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa.	30%	<p>Examinar o atendimento obrigatório de uma ou mais dimensões de impacto, nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil. Contribuição para a melhoria e inovação em serviços de saúde, educação ou outros, a partir das ações de extensão, qualificação profissional e transferência de tecnologia.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino fundamental e médio, dos cursos de graduação e técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. Geração de “livros-textos” e outros materiais didáticos para a graduação, bem como para o ensino médio e profissionalizante.</p> <p>c) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária, bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>d) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional, destacando os avanços gerados no setor saúde com geração de tecnologia e inovação; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>e) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>f) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>Valorizar inserção do Curso/Programa na Educação Básica.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>55%</p>	<p>Examinar:</p> <p>Participação em programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria CAPES, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES, Procad, projetos temáticos do CNPq, FAP ou FINEP.</p> <p>Adoção de estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre cursos/programas de diferentes IES ou institutos de pesquisa.</p> <p>Número efetivo de docentes e discentes do Curso/Programa com atividades em outros cursos/programas.</p> <p>Número efetivo de discentes e docentes de outros cursos/programas com atividades no Curso/Programa analisado.</p> <p>Participação de docentes permanentes do Curso/Programa em redes de pesquisa inter institucionais.</p> <p>Publicações conjuntas de docentes do Curso/Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa.</p> <p>Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a Área.</p> <p>Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.</p> <p>Participação de docentes e discentes em eventos científicos relevantes, na socialização e debate científico da sua produção intelectual com a comunidade.</p>
<p>5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<p>Examinar a manutenção de página do programa na Internet para a divulgação, de forma atualizada, de dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas.</p> <p>Acesso às Teses e Dissertações, pela página no sítio da Instituição conforme Portaria CAPES nº 13 / 2006, que torna obrigatória essa providência.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	<p>Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa, em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.</p> <p>Coerência e pertinência da proposta com o objeto de conhecimento do campo da Enfermagem e Saúde, os objetivos do Programa e Área de Concentração (AC), Linha(s) de Atuação (LA) científico/tecnológica, Projetos de Pesquisa/Tecnológico (PPT) e estrutura curricular adequados ao pleno desenvolvimento das atividades do Programa.</p> <p>Adequação, coerência, abrangência e quantidade da(s) LA com respectiva(s) AC.</p> <p>Adequação, coerência e quantidade dos PPT com respectiva(s) LA.</p> <p>Adequação, coerência e quantidade das disciplinas oferecidas em relação às LA e AC. Consistência das ementas, coerência e atualização das respectivas bibliografias.</p> <p>Oferta de disciplinas e/ou estratégias de fundamentação teórico-metodológica da investigação e de formação didático-pedagógica e/ou profissional para intervenção na prática profissional e/ou educacional.</p> <p>Valorizar linha atuação e projetos com inserção na Educação Básica.</p>
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	<p>Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.</p> <p>Propostas e mecanismos do Programa para mapear e identificar demandas sociais,</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>organizacionais ou profissionais, para fortalecer linha(s) de ação do Programa.</p> <p>Propostas e mecanismos do Programa para desenvolver efetiva parceria com outras instituições e no ensino-serviço.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	25%	<p>Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.</p> <p>Existência, adequação e suficiência de:</p> <p>Laboratórios e/ou campos de prática e/ou serviços com condições para o desenvolvimento do trabalho de conclusão;</p> <p>Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos;</p> <p>Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes;</p> <p>Recursos de infraestrutura, próprios para a realização das atividades docentes, de orientação, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação.</p>
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	25%	<p>Examinar as perspectivas do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.</p> <p>Adequação da proposta do Programa às necessidades locais, regionais e nacionais.</p> <p>Propostas para enfrentar os desafios da Área tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimento/tecnologia e inovação.</p> <p>Propostas de desenvolvimento de tecnologia e inovação em Enfermagem e saúde.</p> <p>Planejamento do Programa quanto ao desenvolvimento futuro.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional,	50%	Examinar o atendimento a Portaria Normativa MEC nº 17/2009 que normatiza que o Mestrado Profissional deve apresentar, de forma

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>equilibrada, corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação.</p> <p>A Área recomenda que parcela majoritária dos docentes permanentes seja constituída por doutores.</p> <p>Examinar e valorizar a participação de docentes permanentes que agreguem e integrem duas características, isto é, docentes que tendo o perfil de pesquisadores, têm também experiência profissional extra-acadêmica, através do envolvimento em atividades com organizações externas ao meio acadêmico, com efetiva atuação em atividades de extensão, desenvolvimento e/ou inovação em saúde. Uma forma de mensurar e identificar atuação integrada nestes dois segmentos é considerar a produção bibliográfica qualificada e a produção técnica.</p> <p>Composição do corpo docente com formação e/ou atuação na Área.</p> <p>Formação acadêmica (áreas e diversificação quanto aos ambientes e às instituições) dos docentes permanentes adequada à proposta do Programa [Área(s) de Concentração - AC, Linha(s) de Atuação - LA, Projetos de Pesquisa/Tecnológico - PPT].</p> <p>Titulação, experiência e aprimoramento/atualização profissional que dão sentido ao Programa.</p> <p>Docentes permanentes com formação e/ou atuação adequadas</p> <p>Indicador: [(média de docentes permanentes com formação-atuação adequada no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Valorizar docentes permanentes com:</p> <ul style="list-style-type: none">- atuação efetiva em P,D&IS na(s) área(s) de concentração do Programa;- bolsa de produtividade científica e/ou tecnológica do CNPq e de outras agências nacionais e internacionais;- projetos de extensão com transferência de conhecimento e tecnologia para os serviços de saúde;- projetos com inserção na Educação Básica;
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>- experiências e resultados profissionais relevantes, projeção nacional e internacional, participação em comitês especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na Área.</p> <p>Docentes com participação em consultoria/assessoria técnico-científica para instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; coordenação de serviços de saúde e/ou ensino universitário e profissionalizante em enfermagem; entrevistas e/ou participação em programas educativos na mídia; editoria; conferencista/palestrante em eventos relevantes; liderança técnico-científica e participação em órgãos de classe, em organizações sociais ou comunitárias.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>25%</p>	<p>Examinar se o Programa tem base sólida em seu núcleo de docentes permanentes, com adequada proporção em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência de professores colaboradores ou visitantes.</p> <p>Examinar o regime de dedicação dos docentes permanentes no Programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”.</p> <p>Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</p> <p>Área recomenda mínimo de 10 docentes permanentes. Não há limite para o número de colaboradores ou visitantes, desde que a parcela majoritária das atividades de ensino, pesquisa e orientação esteja a cargo de docentes permanentes.</p> <p>Estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>Estabilidade = permanecer os três anos no corpo docente permanente do Programa</p> <p>Indicador: [(número de docentes permanentes estáveis durante todo o triênio / total de docentes que atuaram 1 a 3 anos como permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Dedicação Integral: proporção de docentes permanentes com dedicação integral (40 horas semanais) à instituição, incluídos os docentes com vínculo institucional, aposentados, bolsistas de fixação e pessoas formalmente cedidas para atuação no Programa.</p> <p>Indicador: [(média de docentes permanentes com dedicação integral no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Participação como Docente Permanente em Cursos/Programas: proporção de docentes do Programa que participam também como permanentes em outros cursos/programas.</p> <p>A Área admite, excepcional e temporariamente, a participação de docentes permanentes em três cursos/programas nos casos em que o terceiro for Mestrado Profissional, um curso da região Norte ou dos estados de Goiás, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul e que estejam nas áreas prioritárias, ou um programa em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país, conforme Portaria CAPES nº 1 / 2012.</p> <p>Indicador: [(número de docentes permanentes em até três programas / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>A participação como docente permanente é em cursos/programas de pós-graduação da mesma instituição ou de outra (devidamente justificada), desde que demonstre a viabilidade dessa atuação.</p> <p>Na análise da dimensão (quantidade e estabilidade), composição (permanentes, colaboradores e visitantes) e dedicação (integral e orientação em outros cursos/programas) do corpo docente visando identificar:</p> <ul style="list-style-type: none">- eventuais fragilidades e falta de estabilidade em sua composição e nível de qualificação;- dependência de colaboradores e visitantes;- ausência de captação de financiamento para projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>inovação;</p> <p>- mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo institucional ao Programa.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>25%</p>	<p>Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do Programa entre os docentes permanentes. Considerar, na distribuição, o equilíbrio dessas atividades entre todos os docentes ou sua maioria.</p> <p>Atuação dos docentes permanentes em atividades de ensino, orientação de mestres e em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio.</p> <p>Docentes permanentes em desenvolvimento de atividades de ensino em disciplinas do Programa Indicador: [(média de docentes permanentes que ministraram disciplinas no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Docentes permanentes em desenvolvimento de atividades de pesquisa e projetos de desenvolvimento e inovação (responsável/coordenador ou pesquisador/membro da equipe de projeto) Indicador: [(média de docentes permanentes que participam de projetos de pesquisa - desenvolvimento e inovação no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Docentes permanentes em desenvolvimento de atividades de orientação Indicador 1: [(média de docentes permanentes que estão orientando no triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>Adequação da relação de alunos por orientador segundo as Portarias CAPES nºs 1 e 2 / 2012. Docentes permanentes com 2 a 8 alunos no período. Este valor é referente ao número total de alunos por orientador considerados todos os cursos/programas onde atua como docente permanente. Indicador 2: [(número de docentes permanentes com 2 a 8 alunos / média de docentes permanentes no triênio) x 100] Exceções: serão admitidos de 9 a 12 alunos por</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>orientador, até no máximo 20% dos docentes permanentes, para aqueles com produção científica compatível com o conceito Muito Bom (MB), que estiverem orientando alunos vinculados a Minter, Dinter, PROCAD, programas em associação/rede e/ou localizados nas regiões norte e centro-oeste.</p> <p>Regra de transição: a avaliação desse item deverá levar em conta que as Portarias CAPES n^{os} 1 e 2/2012 foram publicadas no último ano do triênio, portanto, haverá tolerância até findar as orientações excedentes ao limite estabelecido pela Área.</p> <p>É aceitável também, no máximo 10% dos docentes permanentes sem orientando ou com um aluno no triênio se o orientador é recém doutor sem experiência em orientação <i>stricto sensu</i>, recém credenciado no Curso/Programa de pós-graduação, docente em processo de desligamento do Curso/Programa, afastado para estágio sênior ou pós-doutorado no triênio e se o docente permanente é vinculado a Curso/Programa implantado há menos de três anos.</p>
<p>3 – Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</p>	<p>25%</p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do Programa.</p>	<p>45%</p>	<p>Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC n^o 17/2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</p> <p>Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC n^o 17/2009) concluídos e o número de docentes do Programa.</p> <p>Verificar se a proporção é adequada e se os trabalhos concluídos indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação. Tratar de forma diferenciada cursos com turmas intermitentes.</p> <p>Razão entre alunos titulados e dimensão do corpo discente Indicador: média do triênio [número de alunos titulados / (número de alunos matriculados no início do ano + número de alunos novos)] Adequação dos critérios quantitativos em relação aos programas recém-recomendados e a</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>regularidade na oferta do Programa.</p> <p>Razão entre trabalhos de conclusão defendidos (titulados) e corpo de docentes permanentes Indicador: número de alunos titulados pelos docentes permanentes no triênio / média de docentes permanentes no triênio</p> <p>Tempo médio de titulação no triênio Indicador: [(número de mestres titulados em até 24 meses no triênio / total de titulados no triênio) x 100]</p>
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.</p>	<p>45%</p>	<p>Examinar as publicações em revista, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica, dos discentes e egressos (titulados nos últimos três anos). Não é necessário publicar todos os trabalhos, dada a sua natureza bastante diferenciada do Mestrado Profissional, podendo haver situações de sigilo. Mas recomenda-se que a comissão de área receba informações sobre estes casos.</p> <p>Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos discentes e egressos (titulados nos últimos três anos).</p> <p>Produtos (artigos/livros/capítulos/patentes etc.) com autoria de discente e/ou egresso (titulado nos últimos 3 anos) Indicador: [(número de artigos-livros-capítulos-patentes com autoria de discente e ou egressos no triênio / total de artigos-livros-capítulos-patentes do Programa no triênio) x 100]</p> <p>Trabalhos (completo e resumo) publicados em anais de eventos técnico-científicos com autoria de discentes e/ou egressos (titulados nos últimos 3 anos). Indicador: [(número de trabalhos em anais com autoria de discente e ou egresso no triênio / total de trabalhos em anais do Programa no triênio) x 100]</p> <p>Qualidade da produção de artigos de autoria discente e/ou egressos com base no Qualis Periódicos Artigos com autoria de discentes e/ou egressos (titulados nos últimos 3 anos) classificados em B3 ou superior no triênio Indicador: [(número de artigos com autoria de</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>discente e ou egresso classificados em B3 ou superior no triênio / total de artigos do Programa no triênio) x 100]</p> <p>Valorizar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a produção tecnológica para além da publicação; - trabalhos/produtos apresentados em congressos técnicos (com efetiva participação dos profissionais do setor) ou veiculados em periódicos técnicos, com expressiva circulação; - premiação de produções científica ou tecnológica vinculadas aos trabalhos de conclusão.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	10%	<p>Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto aos setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados etc., tendo por base os resumos dos trabalhos de conclusão e os dados informados no descritivo do Programa.</p> <p>Examinar se os trabalhos têm potencial para gerar aplicação dos seus resultados na respectiva instituição/serviço em que atua o mestrando, tendo por base os resumos dos trabalhos de conclusão.</p>

4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	<p>Examinar as publicações dos docentes permanentes do Programa com base no Qualis Periódicos da Área de Enfermagem.</p> <p>Produção do Programa Na análise da distribuição da produção qualificada do Programa, cada publicação dos docentes permanentes será contabilizada apenas uma vez, independente do número de autores.</p> <p>Listar cada artigo produzido no triênio por docentes permanentes do Programa apenas uma vez, independentemente das co-autorias.</p> <p>Ponderar o número de artigos:</p> <ul style="list-style-type: none"> A1 = número x 100 A2 = número x 85 B1 = número x 70 B2 = número x 50 B3 = número x 30 B4 = número x 15

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>B5 = número x 5</p> <p>Indicador 1: Produção <i>per capita</i> do Programa = soma total dos pontos obtidos pelos docentes permanentes com artigos no triênio / média de docentes permanentes no triênio</p> <p>Indicador 2: [(total de artigos dos docentes permanentes nos estratos B1 ou superior no triênio / total de artigos dos docentes permanentes do Programa no triênio) x 100]</p>
<p>4.2. Produção artística, técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>30%</p>	<p>Examinar outras produções relevantes e técnica dos docentes permanentes do Programa. Este item será pontuado com base nos seguintes tópicos, considerando as especificidades da Área:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Livros, capítulos e coletâneas. • Patentes (outros registros no INPI como software com registro - especificar o grau de utilização ou se está em fase de registro). • Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. • Prestação de serviços (atividades de extensão de serviços à comunidade, consultoria e assessoria técnica, parecer, serviço na área da saúde, auditoria, avaliação de tecnologia em saúde, análise da situação epidemiológica, estudos sobre comportamentos atitudes e práticas em saúde, resultado do desempenho clínico). • Cursos de aperfeiçoamento, capacitação e especialização para profissionais das áreas da Saúde e Enfermagem. • Desenvolvimento de material didático e instrucional (manuais, boletins, cartilhas e outros materiais educativos). • Desenvolvimento de produtos (aplicativo, protótipo, software sem registro, CD-ROM, <i>website</i> educacionais, serviços de informação). • Desenvolvimento de técnica ou processo (elaboração de protocolos, normas ou programas, proposição e desenvolvimento de modelos de gestão, educacionais ou de assistência). • Participações em comitês técnicos internacionais, nacionais, estaduais ou

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>municipais.</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração de projeto (desenvolvimento de estudo de política de saúde, avaliação de políticas e programas de saúde, desde que publicados em meios impresso ou eletrônico).• Organização de eventos técnico-científicos nacionais e internacionais.• Divulgação técnica (artigos publicados em revistas técnicas, jornais e revistas de divulgação para o público em geral; apresentação de trabalho; conferência; participação em programa de rádio ou televisão; divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos em eventos técnico-científicos com efetiva participação dos profissionais do setor e em publicações técnicas com expressiva circulação).• Editoria de periódicos técnicos (editor científico, associado ou revisor) e outro tipo de produção técnica relevante no contexto da proposta.• Outro tipo de produção técnica considerada relevante pelo próprio Programa (incorporar aspectos que poderão não ser captados previamente; esse tópico é relevante no sentido de resgatar uma das características do Mestrado Profissional relacionada ao atendimento da demanda da sociedade). <p>A produção tecnológica deve ser compatível com a Área e articulada à proposta do Programa. Para quantificar a produção do Programa, cada produção técnica dos docentes permanentes será contabilizada apenas uma vez, independente do número de autores.</p> <p>Indicador: Produção técnica <i>per capita</i> do Programa = soma total dos pontos obtidos com a produção técnica dos docentes permanentes no triênio / média de docentes permanentes no triênio</p> <p>Valorizar:</p> <ul style="list-style-type: none">- produção de patentes;- produção técnica de autoria de discente e/ou egresso;- produção técnica com inserção na Educação
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Básica.
<p>4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Examinar a distribuição da produção científica e técnica entre os docentes permanentes do Programa.</p> <p>Distribuição da produção científica entre os docentes permanentes Na análise da distribuição da produção será contabilizada a produção qualificada de cada docente permanente no triênio, considerando todos os artigos publicados, inclusive aqueles em autoria com outros docentes do Programa. Listar todos os artigos publicados para cada docente permanente do Programa, independentemente das co-autorias. Ponderar o número de artigos por docente permanente: $A1 = \text{número} \times 100$ $A2 = \text{número} \times 85$ $B1 = \text{número} \times 70$ $B2 = \text{número} \times 50$ $B3 = \text{número} \times 30$ $B4 = \text{número} \times 15$ $B5 = \text{número} \times 5$</p> <p>Indicador 1: [(número de docentes permanentes que atingiram pontuação nos cortes estabelecidos para o triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100] Ajustar a pontuação do docente permanente segundo o tempo de atuação como permanente no triênio</p> <p>Indicador 2: [(número de docentes permanentes com produção em artigos nos estratos Qualis estabelecidos para o triênio / média de docentes permanentes no triênio) x 100] A pontuação mínima por docente permanente e a distribuição dos artigos publicados entre os estratos Qualis Periódicos, em especial em B1 ou superior, serão estabelecidas em cada avaliação trienal, para Mestrado Profissional, recomendando-se equilíbrio em sua distribuição entre os docentes.</p> <p>Distribuição da produção técnica entre os docentes permanentes Na análise da distribuição da produção técnica</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>será contabilizada a produção de cada docente permanente no triênio, considerando todas as produções, inclusive aquelas em autoria com outros docentes do Programa.</p> <p>Somar o total de pontos obtidos na produção técnica por docente permanente</p> <p>Ajustar a pontuação do docente permanente segundo o tempo de atuação como permanente no triênio</p> <p>Indicador: [(número de docentes permanentes que atingiram pontuação estabelecida na trienal / média de docentes permanentes no triênio) x 100]</p> <p>A pontuação mínima por docente permanente será estabelecidas em cada avaliação trienal, para Mestrado Profissional, recomendando-se equilíbrio em sua distribuição entre os docentes.</p>
4.4. Articulação da produção técnica e científica entre si e com a Proposta do Programa.	20%	<p>Examinar a articulação entre a produção técnica e a publicação científica qualificada com a proposta do Programa.</p> <p>Percentual de artigos qualificados que se articulam com a proposta do Programa</p> <p>Indicador: [(número de artigos qualificados articulados a proposta do Programa no triênio / total de artigos qualificados do Programa no triênio) x 100]</p> <p>Percentual de produtos técnicos que se articulam com a proposta do Programa</p> <p>Indicador: [(número de produtos técnicos articulados a proposta do Programa no triênio / total de produtos técnicos do Programa no triênio) x 100]</p>
5 – Inserção Social	20%	
5.1 Impacto do Programa.	35%	<p>Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas e do Brasil.</p> <p>Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico e profissional), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>Não se espera que os programas atendam todas as</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>dimensões de impacto, pois cada um tem sua própria especificidade. Entretanto, a inserção e interação com respectivo setor externo/social é indispensável no caso de Mestrado Profissional, e deve produzir resultados relevantes que possam ser objetivamente descritos e apreciados.</p> <ul style="list-style-type: none">a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil. Contribuição para a melhoria e inovação em serviços de saúde, educação ou outros, a partir das ações de extensão, qualificação profissional e transferência de conhecimento e tecnologia.b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino básico e médio, dos cursos de graduação e técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. Geração de “livros-textos” e outros materiais didáticos, para a graduação bem como para o ensino médio e profissionalizante. Valorizar inserção do Programa na Educação Básica.c) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária, bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.d) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor saúde, com geração de tecnologia e inovação; disseminação de técnicas e de conhecimentos.e) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.f) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p> <p>Adoção de estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre cursos/programas de diferentes IES ou institutos de pesquisa.</p> <p>Número efetivo de docentes permanentes e discentes do Programa com atividades em outros cursos/programas.</p> <p>Número efetivo de discentes e docentes permanentes de outros cursos/programas com atividades no Programa analisado.</p> <p>Número de docentes permanentes do Programa em redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação interinstitucionais.</p> <p>Número de publicações conjuntas de docentes permanentes do Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa.</p> <p>Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a Área.</p> <p>Intercâmbio de docente permanentes visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.</p> <p>Número de docentes permanentes e discentes participantes em eventos científicos/tecnológicos relevantes, na socialização e debate científico/técnico da sua produção intelectual com a comunidade.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou</p>	<p>25%</p>	<p>Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.		organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	<p>Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, que poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção da página na internet. Entre outros itens, é importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica e científica dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais. A procura de candidatos pelo Programa pode ser considerada, desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).</p>

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

A internacionalização na Área de Enfermagem pode ser definida em dois níveis: inserção internacional e ações que visam à internacionalização dos programas. A dimensão da **inserção internacional** resulta principalmente, da qualidade da produção científica dos docentes permanentes e discentes ou egressos do Programa, tendo como aspectos principais a publicação de resultados das pesquisas em periódicos com fator de impacto (indexados na WoS/JCR e no Scopus/SCImago) e de referência para a Enfermagem mundial, bem como o reconhecimento internacional pelos pares, evidenciado pelas citações das publicações produzidas pelos docentes e discentes do Programa. Além das publicações, a qualificação internacional pode ser aferida pela participação dos docentes permanentes na arbitragem de artigos e editoria de periódicos do exterior com fator de impacto, organização ou participação por convite em eventos científicos no exterior ou itinerante no Brasil e relevantes na Área, diretorias e comitês de sociedades científicas internacionais, captação de financiamento em agências internacionais, projetos conjuntos, participação em bancas e comitês de avaliação no exterior, orientação de pós-graduandos em outros países, cotutela de teses, entre outros.

As **ações que visam à internacionalização** podem ser identificadas na mobilidade de docentes e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

discentes em atividades científicas, caracterizada tanto pela ida ao exterior como professor visitante, ministrante de disciplinas e cursos, realização de pós-doutoramento, doutorado sanduíche, outros estágios e visitas técnicas, como também pelo recebimento de estrangeiros como visitante, estagiários em pós-doutoramento e mesmo estudantes para integrar o corpo discente dos programas; intercâmbios/convênios de cooperação com reciprocidade entre docentes do Programa e das instituições de reconhecimento internacional na Área, entre outras. Essas ações também se refletem nas atividades de melhoria da escrita e comunicação em inglês científico que devem ser objeto de atenção dos programas da Área de Enfermagem. A internacionalização das atividades dos programas constitui aspecto importante que se reflete na qualidade da produção e formação dos estudantes, sendo este tema discutido em eventos de pós-graduação e nos seminários de acompanhamento da Área.

Ao considerar a produção científica como um dos aspectos fundamentais da internacionalização da Área, constata-se que a Enfermagem está em franco crescimento dando visibilidade para a Área no cenário da ciência brasileira e da Enfermagem mundial, fruto da expansão da pós-graduação, conforme mostrado anteriormente no item I deste documento.

A inserção internacional dos pesquisadores da Área também tem se ampliado por meio da orientação de mestres, doutores e pós-doutores de outros países; intercâmbio e convênios de cooperação internacional com reciprocidade entre instituições brasileiras e estrangeiras; participação como convidado e membro de comitês organizadores acadêmico-científicos internacionais, em comitês editoriais e editoria de periódicos qualificados de circulação internacional, comitês e diretorias de associações, sociedades científicas e programas internacionais; captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional, dentre outras atividades. Destaca-se ainda, a crescente mobilidade de enfermeiros pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação realizando programas de pós-doutoramento e estágios no exterior, em especial o doutorado sanduíche, estreitando parcerias com centros de excelência.

Assim, atualmente, programas da Área com nota 4 ou superior já apresentam atividades e ações características de inserção internacional, em especial aqueles com nota 6 na avaliação trienal 2010. Dentre esses, considera-se que há programas com parcerias, visibilidade e desempenho semelhantes aos de centros de excelência internacional na pós-graduação em Enfermagem, como aqueles vinculados a University of Alberta – CA, McGill University – CA, University of Toronto – CA, University of Pennsylvania – USA, University of Washington – USA, Johns Hopkins University – USA, University of North Carolina Chapel Hill – USA, King's College London University of London – UK, dentre outros.

Para alavancar ainda mais a internacionalização da Área, vislumbra-se a necessidade de incrementar a capacitação em língua inglesa para fluência e melhoria da escrita e as iniciativas de mobilidade para instituições estrangeiras com expertise em tecnologia e inovação em saúde e Enfermagem, visando à obtenção de maior impacto no avanço da sociedade do conhecimento. Outro aspecto do processo de internacionalização que merece ser ampliado é o desenvolvimento de pesquisas colaborativas e multicêntricas e a produção científica e tecnológica em parceria com pesquisadores estrangeiros, prática ainda incipiente na Área de Enfermagem.

Critérios de avaliação da Área para atribuição de notas 6 e 7

Retratar um desempenho diferenciado, de excelência e inserção internacional em indicadores e métricas objetivas para avaliação dos programas de pós-graduação constituiu-se em desafio da Área, amplamente discutido com os coordenadores de programas e com a Comissão Assessora de Área. Os critérios, indicadores e métricas são quantitativos complementados por avaliações qualitativas, valorizando-se a internacionalização dos programas, os quais foram submetidos à apreciação do CTC-ES para uso na Avaliação Trienal 2013.

A simulação feita com dados coletados junto aos programas notas 5 e 6 da Área, em março de 2013, mostrou as tendências na avaliação, já que métricas definitivas se consolidam na avaliação trienal mediante os dados quantitativos e qualitativos informados pelos programas. Elaborou-se ainda, diretrizes para o registro dos dados nos itens descritivos do Coleta CAPES para auxiliar na objetividade, precisão e completude dos registros, as quais foram enviadas aos coordenadores dos programas para subsidiar o preenchimento do Coleta CAPES de 2012. O processo de elaboração desses critérios, indicadores e métricas está descrito nos relatórios contidos na página da Área de Enfermagem (<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4667-enfermagem>).

Ressalta-se que a avaliação da excelência e inserção internacional esperada para programas notas 6 e 7 da Área de Enfermagem tem como quesito principal a produção científica de circulação internacional (40%), seguido das participações internacionais (25%) e complementados pela análise de outros quesitos relacionados à liderança do corpo docente (15%), nucleação (10%) e solidariedade (10%). Tais quesitos e respectivos indicadores estão explicitados a seguir.

Produção de circulação internacional (40%): expressão científica e social dos docentes permanentes no contexto internacional (publicações em periódicos com Qualis A) e produção científica equilibrada entre os docentes, com qualidade equivalente a de programas de destaque internacional sediados no exterior.

Indicadores:

% de docentes permanentes com publicação de artigos acima dos cortes estabelecidos na pontuação e % de B1 ou superior no triênio

% de docentes permanentes com três ou mais artigos publicados em periódicos A1 e/ou A2 no triênio

Evidência de impacto da produção científica e tecnológica na Área de Enfermagem

Indicador:

% de docentes permanentes com índice $H \geq 4,0$ no Scopus

Análise qualitativa do impacto nacional e internacional dessa produção e em políticas públicas.

Produção dos docentes permanentes em parceria com pesquisadores estrangeiros

Indicador:

Número de artigos publicados em parceria

Valorizar a publicação com pesquisadores de referência internacional na Área.

Produção científica qualificada dos alunos e/ou egressos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Indicador:

% produção A1 e/ou A2 do Programa com autoria de discente e/ou egresso

Participações internacionais (25%): mobilidade internacional de docente e discente e parceria com instituições estrangeiras.

Indicadores:

- % de docentes permanentes como visitante ou convidado para atividades técnico-científicas (≥ 15 dias) em instituições estrangeiras
- % de docentes permanentes com estágio/treinamento e atividades técnico-científicas (≥ 15 dias) e/ou pós-doutorado realizados em instituição estrangeira
- % de docentes permanentes com orientação de doutores estrangeiros em estágio pós-doutoral
- % de docentes permanentes com intercâmbios e convênios de cooperação internacional caracterizados por reciprocidade entre as instituições brasileiras e as estrangeiras de reconhecimento internacional na Área
- % de docentes permanentes que receberam visitantes ou convidados estrangeiros em atividades de pesquisa e/ou ensino na pós-graduação
- % de docentes permanentes com orientação, co-orientação e/ou supervisão de estágio de estrangeiros
- % de docentes permanentes com orientando/orientado(s) que realizaram estágio/treinamento (≥ 15 dias) no exterior, sobretudo por meio de bolsas-sanduíche
- % de docentes permanentes e/ou seus orientandos que tiveram participação qualificada (convidado ou relator de trabalho) em eventos científicos no exterior ou itinerante no Brasil
- % de docentes permanentes que participaram da organização de eventos acadêmico-científicos no exterior ou itinerante no Brasil
- % de docentes permanentes com participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos do exterior com fator de impacto
- % de docentes permanentes com participação em comitês e diretorias de associações, sociedades científicas e programas internacionais
- % de docentes permanentes com captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional
- % de docentes permanentes com projetos de pesquisa envolvendo grupos de pesquisa de instituições estrangeiras

Valorizar a atuação em instituições estrangeiras e eventos no exterior ou itinerante no país de reconhecimento internacional na Área.

Liderança (15%): atuação destacada dos docentes permanentes em atividades de ensino, orientação, pesquisa e extensão de serviços à comunidade no âmbito nacional e internacional, no triênio.

Indicadores:

- % de docentes permanentes com orientação ou co-orientação de alunos de outras regiões do país e de outros países

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- % de docentes permanentes com supervisão de doutores do país e exterior em estágios pós-doutorais
- % de docentes permanentes em comitês de área no CNPq, FINEP, CAPES, Ministérios/Secretarias de saúde/educação ou de agências de fomento estaduais e internacionais
- % de docentes permanentes com premiações nacionais e/ou internacionais, que tenham relação com as atividades de ensino, pesquisa e orientação
- % de docentes permanentes em diretorias de associações científicas nacionais e/ou internacionais
- % de docentes permanentes em cargos relevantes para a política nacional de saúde, educação e/ou ciência e tecnologia
- % de docentes permanentes conferencista ou palestrante em eventos científicos relevantes, no país e no exterior
- % de docentes permanentes como responsável por projetos com auxílio financeiro para desenvolvimento de pesquisas e/ou bolsa de produtividade em pesquisa.

Valorizar a atuação dos docentes permanentes no âmbito internacional e em instituições de excelência e/ou eventos relevantes na Área.

Nucleação (10%): Capacidade em formar profissionais críticos para se tornarem educadores, pesquisadores e líderes no âmbito da Grande Área da Saúde e, mais especificamente, da Enfermagem.

Foco: Atuação dos egressos do doutorado (titulados nos três últimos anos, o que não inclui os alunos titulados no ano base), no triênio.

Indicadores:

- % de egressos do doutorado em atividades de ensino e orientação na graduação e/ou pós-graduação em outras instituições do país ou exterior.
- % de egressos do doutorado em atividades de pesquisa em outras instituições do país ou exterior.
- % de egressos do doutorado em atividades administrativas no setor público ou privado, em órgãos de gestão de classe e associações científicas nacionais e internacionais.
- % de egressos do doutorado em coordenações acadêmicas institucionais e/ou comissões/comitês/assessorias de abrangência regional, nacional e internacional em políticas públicas de saúde, educação, ciência e tecnologia.

Valorizar a atuação dos egressos no âmbito internacional.

Solidariedade (10%): atuação do Programa visando alavancar a pós-graduação no Brasil e em países com menor desenvolvimento na pós-graduação, no triênio.

Indicadores:

Atuação em rede e/ou parceria para diminuir os desequilíbrios regionais na oferta e no desempenho da pós-graduação e atender as novas áreas de conhecimento (Minter, Dinter, PROCAD ou associação com IES), buscando a promoção e/ou consolidação de cursos de pós-graduação.

Assessoria para a formulação de propostas de cursos novos no Brasil e/ou exterior.

Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados do país e/ou exterior.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Participação em outros eventos organizados por cursos/programas no Brasil e/ou exterior dirigidos à qualificação de docentes e pesquisadores.

Parceria de ensino, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação (sem pós-graduação *stricto sensu* ou só com mestrado ou com doutorado em fase de estruturação ou não consolidado). Valorizar a atuação do Programa em outros países.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 20 - ENFERMAGEM

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
BENEDITA MARIA REGO DEUSDARÁ RODRIGUES	UERJ	Consultor(a)
CARMEN GRACINDA SILVAN SCOCHI	USP/RP	Coordenador(a)
CLACI FÁTIMA WEIRICH ROSSO	UFG	Consultor(a)
CRISTINA MARIA GALVAO	USP/RP	Consultor(a)
CRISTINA MARIA GARCIA DE LIMA PARADA	UNESP/BOT	Consultor(a)
DENIZE BOUTTELET MUNARI	UFG	Coordenador(a) Adjunto(a)
ENILDA ROSENDO DO NASCIMENTO	UFBA	Consultor(a)
FLÁVIA REGINA SOUZA RAMOS	UFSC	Consultor(a)
FRANCINE LIMA GELBCKE	UFSC	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
FRANCIS SOLANGE VIEIRA TOURINHO	UFRN	Consultor(a)
ISILIA APARECIDA SILVA	USP	Consultor(a)
JORDANA DE ALMEIDA NOGUEIRA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
LUCIANE PRADO KANTORSKI	UFPEL	Consultor(a)
MÁRCIA DE ASSUNCAO FERREIRA	UFRJ	Consultor(a)
MARIA ALICE DIAS DA SILVA LIMA	UFRGS	Consultor(a)
MARIA GABY RIVERO DE GUTIERREZ	UNIFESP	Consultor(a)
MARIA MÁRCIA BACHION	UFG	Consultor(a)
MARTA REGINA CEZAR-VAZ	FURG	Consultor(a)
MAVILDE DA LUZ GONCALVES PEDREIRA	UNIFESP	Consultor(a)
ROBERTA CUNHA MATHEUS RODRIGUES	UNICAMP	Consultor(a)
TANIA COUTO MACHADO CHIANCA	UFMG	Consultor(a)
THELMA LEITE DE ARAUJO	UFC	Consultor(a)